

Relatório e Contas

2016



I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Conselho Fiscal	5
	Revisor Oficial de Contas	5
II.	Enquadramento Macroeconómico	7
1.	Conjuntura Internacional e Nacional	7
III.	Mercado Segurador	9
IV.	Atividade da Popular Seguros em 2016	13
1.	Principais Indicadores	13
2.	Prémios e Apólices	14
3.	Comissões	15
4.	Custos com Sinistros	15
5.	Provisões Técnicas	16
6.	Saldo Técnico Líquido de Resseguro	17
7.	Investimentos	18
8.	Custos Operacionais	18
9.	Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência	18
10.	Gestão de Riscos e Controlo Interno	19
11.	Principais Projetos e Iniciativas em 2016	20
V.	Proposta de Aplicação de Resultados	22
VI.	Perspetivas Futuras	24
VII.	Considerações Finais	27
VIII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	29

Índice

Demonstrações Financeiras 2016	31
Conta de Ganhos e Perdas em 2016	31
Demonstração de Rendimento Integral	33
Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016	34
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2016	36
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2015	37
Demonstração de Fluxos de Caixa	38
Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2016	40
Outros Anexos	112
Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	112
Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)	114
Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros	115
Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos	116
Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	118
Certificação Legal de Contas	118
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	123

Relatório
do
Conselho de Administração
2016

I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. referentes ao exercício de 2016.

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Nunes de Matos Sá Carneiro

Secretário

Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Conselho de Administração

Presidente

Luís Eduardo da Silva Barbosa

Vogais

Carlos Manuel Sobral Cid da Costa Álvares

Carla Maria da Luz Gouveia

José Luis Castro Cortizo

Pedro Miguel da Gama Cunha

Susana de Medrano Boix

(O vogal Francisco José Ribeiro Valério renunciou às funções com efeitos a 30 de novembro de 2016)

Conselho Fiscal

Presidente

António Manuel Mendes Barreira

Vogais

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Vítor Manuel Ferreira Lúcio da Silva

Revisor Oficial de Contas

PriceWaterhouseCoopers – SROC, LDA.

Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO

II. Enquadramento Macroeconómico

1. Conjuntura Internacional e Nacional

Apesar da tendência de abrandamento da economia, registada na primeira metade do ano, o produto interno bruto terá registado, em 2016, um aumento de 1,4% em volume, após um aumento de 1,6% no ano anterior. Os dados provisórios relativos ao 4º trimestre de 2016 indicam um crescimento homólogo do PIB de 1,9% impulsionado pela procura interna concretamente pelo consumo privado e pela recuperação do investimento. Este desempenho da economia em 2016 é explicado pelo contributo menos desfavorável da procura externa face a 2015 dado que ao nível da procura interna o ano foi marcado pela desaceleração do consumo privado e por uma redução do investimento que deverá apresentar uma taxa de variação média anual de cerca de -1,5%. O contributo menos negativo da procura externa líquida terá refletido um crescimento nas exportações de bens e serviços estimado em cerca de 3,7% (6,1% em 2015) e um crescimento nas importações de 3,5% (8,2% em 2015).

Na economia portuguesa a taxa de desemprego reduziu-se ao longo de 2016 passando de 12,4% no final de 2015 para 10,5% no final do 3º trimestre de 2016, ou seja, observando uma redução de -1,9p.p. paralelamente a uma evolução favorável na criação de emprego que se estima poder atingir 1,5% de variação homóloga no final de 2016.

A inflação subiu ao longo do ano e deverá encerrar 2016 próxima dos 0,8% em termos de variação média anual, o que compara, com 0,5% em 2015. Há uma expectativa de continuidade deste registo de subida, facto muito associado e em linha com a gradual recuperação económica extensível a toda a zona euro.

Embora a economia portuguesa apresente uma clara e gradual trajetória de recuperação desde 2013 existem fatores adicionais de incerteza interna e de enquadramento internacional que podem ditar em larga escala o ritmo de recuperação projetado. Concretamente salientamos a persistência de níveis elevados de endividamento e de incumprimento dos agentes económicos nacionais, o ritmo de execução dos fundos comunitários, a manutenção de níveis de desemprego estrutural elevado, a evolução e cumprimento orçamentais dos países da zona euro, o ritmo de recuperação das economias emergentes e mesmo as orientações gerais de política comercial e de política monetária da economia norte-americana.

As expectativas para a economia portuguesa no próximo ano são de continuidade da recuperação moderada iniciada em anos anteriores a par da continuação da correção de desequilíbrios macroeconómicos, projetando-se uma taxa de crescimento média anual do PIB de 1,6%, no seguimento do ano anterior, sustentada sobretudo no investimento (FBCF) e exportações uma vez que se espera um crescimento menos intenso quer do consumo privado quer do consumo público.

A taxa de inflação, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor, deverá incrementar-se para 1,4% em 2017.

Paralelamente espera-se uma redução do desemprego para níveis muito próximo dos 10% embora com forte probabilidade de abrandamento na criação de emprego, antevendo-se no entanto uma melhoria gradual no mercado de trabalho coerente com o crescimento da atividade económica projetado.

Embora com dados ainda provisórios a zona euro terá registado um aumento homólogo de 1,7% do PIB em volume no 4º trimestre de 2016, de acordo com as estimativas do Eurostat, refletindo uma evolução positiva em todos os países da zona monetária. Desta forma a taxa de variação média anual do PIB em volume situou-se em 1,7% em 2016, inferior aos 2% registados em 2015. Tendo em conta as maiores economias da zona euro a Alemanha registou uma pequena aceleração na sua economia, com um crescimento de 1,9% em volume face a 1,7% no ano anterior. Outras grandes economias da zona euro (França, Itália e Espanha), registaram um crescimento do PIB real em linha com o observado em 2015, com destaque para Espanha que registou um crescimento de 3,3%. Os países da União Europeia viram o seu PIB real igualmente reforçado em 1,9% em 2016.

Para 2017 e 2018 as condições económicas na zona euro são favoráveis podendo esta perspetiva induzir um fator favorável adicional na procura externa dirigida à economia portuguesa. As previsões para o crescimento do PIB da zona euro, segundo a Comissão Europeia, cifram-se em 1,6% para 2017 e 1,8% em 2018 alicerçado na procura interna e em crescimentos moderados tanto do consumo privado como do investimento. Nesta sequência é expectável a continuação da redução da taxa de desemprego na zona euro para níveis abaixo de 10% já em 2017. Saliente-se a perspetiva de níveis de inflação mais elevados, embora controlados e dentro dos intervalos definidos pelo BCE, que poderão atingir 1,7% em 2017 e 1,4% em 2018.

A política monetária expansionista e a continuidade de adoção de medidas não convencionais por parte do Banco Central Europeu marcaram o ano de 2016 e o respetivo enquadramento de taxas de juro de referência. O nível historicamente baixo das mesmas manter-se-á ao longo de 2017, segundo as mais recentes projeções dos diferentes organismos nacionais e internacionais, constituindo-se como um desafio acrescido ao desenvolvimento da atividade bancária no horizonte de curto e médio prazos.

MERCADO
SEGURADOR

III. Mercado Segurador

Depois dos anos de expansão registados em 2013 e 2014 de 20,2% e 9,0% de taxa de crescimento, o setor segurador português registou em 2015 e em 2016 um decréscimo da produção de seguro direto de, 11,4% e 14,4% respetivamente, perfazendo em 2016 um volume total de 10.838 milhões de euros. Esta redução deveu-se exclusivamente ao mercado vida, tendo os ramos Não Vida, nos quais a Popular Seguros atua, apresentado um crescimento de 4,9% no último ano. O peso do ramo Não Vida no setor segurador aumentou 7,1 pontos percentuais (p.p.) para 38,7% em 2016.

Estrutura de Mercado

	2016	2015	2014	2013	2012
Ramo Não Vida	38,7%	31,5%	27,0%	29,4%	36,5%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2016, atualizados a 17.01.2017).

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do Mercado Segurador Não Vida no último triénio:

Evolução (Ramo Não Vida – milhões de Euros)

	2016	2015	2014	16/15 Tx. Cresc.	15/14 Tx. Cresc.
Prémios de Seguro Direto	4.190	3.990	3.852	5,0%	3,7%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2016, atualizados a 17.01.2017).

O montante de prémios Não Vida emitidos, em 2016, ascendeu a 4.190 milhões de Euros. Deste valor, 36,3% correspondem ao ramo Automóvel, 35,4% ao ramo Acidentes e Doença, 18,5% ao ramo Incêndio e Outros Danos e 9,8% aos restantes ramos. O ramo Acidentes e Doença registaram um ligeiro aumento de peso no total do sector (1,6 p.p.), enquanto os ramos Diversos, Responsabilidade Civil Geral e Marítimo, Aéreo e Transportes contraíram ligeiramente (-0,2 p.p., -0,1 p.p. e -0,1 p.p., respetivamente). Uma descida mais assinalável foi a registada nos ramos Incêndio e Outros Danos e Automóvel (-0,6 p.p. e -0,5 p.p., respetivamente, no peso dos Ramos não vida).

Peso por Área de Negócio (Ramos Não Vida)

	2016	2015	2014	2013	2012
Acidentes e Doença	35,4%	33,9%	32,7%	31,9%	31,7%
Incêndio e Outros Danos	18,5%	19,1%	19,5%	19,7%	19,3%
Automóvel	36,3%	36,8%	37,6%	38,3%	39,4%
Marítimo, Aéreo e Transportes	1,2%	1,4%	1,5%	1,6%	1,6%
Responsabilidade Civil Geral	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%	2,9%
Diversos	5,8%	6,0%	5,9%	5,6%	5,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2016, atualizados a 17.01.2017).

Os ramos Automóvel e Acidentes e Doença foram os que mais contribuíram para o crescimento do ramo não vida, com um acréscimo de 9,5% (1.522.071 milhares de Euros), 3,5% (1.482.112 milhares de Euros) e 1,7% (764.006 milhares de Euros), respetivamente. O ramo Marítimo, Aéreo e Transportes apresenta uma queda percentual de 4,2%.

Crescimento (*Ramos Não Vida*)

	2016	2015	2014	2013	2012
Acidentes e Doença	9,5%	7,5%	2,2%	-2,3%	-3,3%
Incêndio e Outros Danos	1,6%	1,6%	-1,2%	-0,8%	-0,3%
Automóvel	3,5%	1,5%	-2,0%	-5,8%	-5,4%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-4,2%	-5,8%	-9,1%	-2,4%	0,4%
Responsabilidade Civil Geral	2,3%	4,0%	1,6%	-6,6%	-0,2%
Diversos	2,1%	6,4%	5,9%	5,0%	4,2%
TOTAL	4,9%	3,8%	-30,1%	-3,1%	-3,1%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2016, atualizados a 17.01.2017).

ATIVIDADE DA
POPULAR SEGUROS
EM 2016

IV. Atividade da Popular Seguros em 2016

1. Principais Indicadores

A **POPULAR SEGUROS** tem como objetivo desenvolver o negócio de seguros não vida no contexto Banca-Seguros, em ligação com o Banco Popular Portugal, S.A.. No ano de 2010, a Empresa alargou a sua gama de produtos aos seguros de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral e ao ramo Diversos.

Durante o ano de 2016, a Empresa de Seguros Não Vida deu continuidade ao desenvolvimento dos ramos lançados nos anos antecedentes, tendo sido um ano marcado pela consolidação da comercialização dos seus produtos em novos parceiros de negócio, nomeadamente, no canal Mediação e Redes Especializadas.

Os indicadores que se apresentam, seguidamente, ilustram a atividade da Popular Seguros em 2016 e 2015:

	2016	2015	Var.% 16/15
Unidade: Euros			
Balço			
Investimentos	14.337.300	15.533.883	-7,7%
Ativo Líquido	17.823.586	18.498.159	-3,6%
Capital Próprio	8.464.805	10.519.920	-19,5%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	7.902.944	6.746.607	17,1%
Conta de Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	10.012.318	8.371.557	19,6%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	6.094.442	4.909.709	24,1%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	5.180.200	3.736.424	38,6%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	4.603.558	3.356.781	37,1%
Custos Operacionais	1.148.349	1.142.716	0,5%
Resultado Líquido	703.884	749.706	-6,1%
Indicadores			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	51,7%	44,6%	7,1 p.p.
Taxa de Sinistralidade Líquida de Resseguro	75,5%	68,4%	7,2 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	7,0%	9,0%	-1,9 p.p.
Rácio Combinado	74,5%	68,5%	6,0 p.p.

2. Prémios e Apólices

A **POPULAR SEGUROS** registou, em 2016, um volume de prémios brutos emitidos no montante de 10.012.318 Euros (8.371.557 Euros em 2015). No volume total de negócios, o peso do segmento de Incêndio e Outros Danos ascenderam a 41,6% (4.165.325 Euros), seguido do Automóvel com 32,9% (3.298.244 Euros). Em 2016, todos os ramos registaram uma expansão, com destaque para o ramo Automóvel e Diversos, com crescimentos face ao período homólogo de 25,7% e de 26,4%, respetivamente.

Evolução da Atividade

N.º de Apólices	2016	%	2015	%	Unidade: Euros
					Var. % 16/15
Acidentes e Doença	13.059	20,2%	13.884	23,1%	-5,9%
Incêndio e outros danos	30.490	47,3%	27.936	46,4%	9,1%
Automóvel	18.507	28,7%	15.660	26,0%	18,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	n.a.
Responsabilidade civil geral	2.450	3,8%	2.734	4,5%	-10,4%
Diversos	-	-	-	-	n.a.
Total	64.506	100,0%	60.214	100,0%	7,1%

A evolução dos prémios de seguro direto, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser vista como segue:

Prémios de Seguro Direto	2016	%	2015	%	Unidade: Euros
					Var. % 16/15
Acidentes e Doença	2.065.989	20,6%	1.695.843	20,3%	21,8%
Incêndio e outros danos	4.165.325	41,6%	3.661.046	43,7%	13,8%
Automóvel	3.298.244	32,9%	2.624.372	31,3%	25,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	107.557	1,1%	93.541	1,1%	15,0%
Diversos	375.203	3,7%	296.754	3,5%	26,4%
Total	10.012.318	100,0%	8.371.557	100,0%	19,6%

A evolução dos prémios de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

Prémios de Resseguro Cedido	2016	%	2015	%	Unidade: Euros
					Var. % 16/15
Acidentes e Doença	413.624	11,1%	397.232	12,4%	4,1%
Incêndio e outros danos	2.795.148	75,0%	2.340.635	72,8%	19,4%
Automóvel	152.162	4,1%	145.130	4,5%	4,8%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	53.366	1,4%	46.256	1,4%	15,4%
Diversos	314.946	8,4%	285.020	8,9%	10,5%
Total	3.729.246	100,0%	3.214.275	100,0%	16,0%

3. Comissões

As comissões processadas pela intermediação de produtos de seguros atingiram, em 2016, o montante de 1.059.859 Euros (856.710 Euros em 2015).

No âmbito dos custos de exploração líquidos, os custos de aquisição (deduzidos dos custos de aquisição diferidos) elevaram-se a 1.489.440 Euros (1.332.820 Euros em 2015), os custos administrativos a 530.869 Euros (528.662 Euros em 2015) e o montante das comissões e participação de resultados no resseguro a 1.071.228 Euros (846.818 Euros em 2015).

4. Custos com sinistros

Os montantes pagos (montantes brutos, incluindo custos de gestão de sinistros) relativos a custos com sinistros, em 2016, atingiram o montante de 4.483.390 Euros (3.559.056 Euros em 2015), sendo 2.598.143 Euros relativos ao ramo Automóvel (2.003.643 Euros em 2015), 1.221.883 Euros (1.027.759 Euros em 2015) referentes a seguros de Incêndio e Outros Danos, 655.729 Euros (523.208 Euros em 2015) referentes a seguros de Acidentes e Doença e 7.636 Euros (4.445 Euros em 2015) no que respeita a Responsabilidade civil geral.

A evolução dos custos com sinistros de seguro direto, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Seguro Direto	2016	%	2015	%	Unidade: Euros
					Var. % 16/15
Acidentes e Doença	1.033.142	19,9%	272.491	7,3%	279,1%
Incêndio e outros danos	1.191.326	23,0%	1.134.367	30,4%	5,0%
Automóvel	2.946.976	56,9%	2.324.945	62,2%	26,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	8.756	0,2%	4.621	0,1%	89,5%
Diversos	-	-	-	-	n.a.
Total	5.180.200	100,0%	3.736.424	100,0%	38,6%

A taxa de sinistralidade da Empresa (custos com sinistros/ prémios adquiridos) apresentou um agravamento de 7.9 p.p. em relação ao ano anterior, para 53,2%, justificado essencialmente pelo aumento da sinistralidade verificada no ramo Acidentes e Doença (30.5 p.p.). Apenas o ramo Incêndio e Outros Danos apresenta um desagravamento da sinistralidade de 1,8%.

Taxa de sinistralidade	2016	2015	Unidade: Euros
			Var. % 16/15
Acidentes e Doença	44,7%	14,1%	30,5 p.p.
Incêndio e outros danos	30,2%	32,0%	-1,8 p.p.
Automóvel	97,3%	96,4%	0,9 p.p.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-
Responsabilidade civil geral	7,7%	4,7%	2,9 p.p.
Diversos	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Total	53,2%	45,3%	7,9 p.p.

Em termos de taxa de sinistralidade calculada sobre os prémios emitidos (custos com sinistros/ prémios emitidos), a Empresa apresentou, uma taxa de 51,7 (face a 44,6% em 2015).

A evolução dos custos com sinistros de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Resseguro Cedido	2016	%	2015	%	Unidade: Euros
					Var. % 16/15
Acidentes e Doença	31.499	5,5%	(28.885)	-7,6%	209,0%
Incêndio e outros danos	541.771	94,0%	407.319	107,3%	33,0%
Automóvel	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	3.372	0,6%	1.210	0,3%	178,7%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total	576.642	100,0%	379.644	100,0%	51,9%

5. Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, são desagregadas da seguinte forma:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Provisão para prémios não adquiridos	3.722.671	3.464.143
Provisão para sinistros	3.162.619	2.465.809
Provisão para desvios de sinistralidade	648.852	571.988
Provisão para riscos em curso	368.802	244.667
Total	7.902.944	6.746.607

A provisão para prémios não adquiridos totalizou, em 2016, o montante de 3.722.671 Euros (3.464.143 Euros em 2015), correspondendo este montante a uma componente de prémios não adquiridos (4.228.022 Euros) deduzida dos custos de aquisição diferidos (505.351 Euros).

Do total da provisão para prémios não adquiridos, 37% respeitam ao segmento Incêndio e Outros Danos (1.376.809 Euros), 23,1% a Acidentes e Doença (859.164 Euros), 34,9% ao segmento Automóvel (1.299.195 Euros), 0,9% ao ramo Responsabilidade Civil Geral (35.296 Euros) e os restantes 4,1% ao ramo Diversos (152.208 Euros).

A provisão para sinistros de seguro direto ascendeu, em 31 de dezembro de 2016, a um montante total de 3.162.619 Euros (2.465.809 Euros em 2015). O crescimento verificado em 2016, face ao período homólogo, deveu-se maioritariamente ao ramo Automóvel com um valor de 1.388.227 Euros (1.039.393 Euros em 2015), a que corresponde um acréscimo de 348.834 Euros. O ramo Acidentes e Doença, que aumentou o seu valor em 377.413 Euros para 961.924 Euros (584.511 Euros em 2015). A produzir o efeito contrário esteve o ramo Incêndio e Outros Danos também registou um decréscimo, de 30.557 Euros, atingindo em 31 de dezembro de 2016 um montante de 807.655 Euros (838.211 Euros em 2015).

No decorrer de 2016, a Empresa dotou a provisão para desvios de sinistralidade no montante de 76.865 Euros (80.234 Euros em 2015). Esta provisão destina-se a fazer face a sinistralidade, excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

No final de 2016, por forma a fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis e relativos a contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, a Empresa apresentava uma provisão para riscos em curso no montante de 368.802 Euros, para os ramos Acidentes e Doença, Automóvel e Diversos. Durante o ano de 2016, assistiu-se a um aumento da mesma no montante de 124.135 Euros.

6. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentado como segue:

Saldo Técnico Líquido de Resseguro	2016	%	2015	%	Unidade: Euros
					Var. % 16/15
Acidentes e Doença	312.484	46,0%	726.341	95,3%	-57,0%
Incêndio e outros danos	883.868	130,0%	497.242	65,3%	77,8%
Automóvel	(550.174)	-80,9%	(463.082)	-60,8%	-18,8%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	21.941	3,2%	17.883	2,3%	22,7%
Diversos	11.860	1,7%	(16.397)	-2,2%	172,3%
Total	679.979	100,0%	761.986	100,0%	-10,8%

O saldo técnico líquido de resseguro ascendeu, em 2016, ao montante de 679.979 Euros, com um decréscimo de 10,8% em relação ao ano anterior. Os ramos que mais contribuíram para este resultado foram Acidentes e Doença e Automóvel com o montante de menos 413.856 Euros (-57% face a 2015) e 87.092 Euros (-18,8% face a 2015), respetivamente. Os restantes ramos registaram acréscimos, com destaque para o ramo Incêndio e Outros Danos, 386.626 Euros (77,8% face a 2015).

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de investimentos da Popular Seguros registou um montante de 14.337.300 Euros (15.533.883 Euros em 2015). Deste valor, cerca de 97,6% (95,3% em 2015) são representados por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo e 2,4% (4,7% em 2015) representados por Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

	2016		2015		Unidade: Euros
	Valor	Peso Carteira	Valor	Peso Carteira	
Ações	-	0,0%	-	0,0%	
Operações por liquidar ⁽¹⁾	-	0,0%	-	0,0%	
Unidades de participação em fundos de investimento	349.276	2,4%	723.812	4,7%	
Títulos de rendimento fixo	13.988.024	97,6%	14.810.071	95,3%	
Total	14.337.300	100,0%	15.533.883	100,0%	

(1) O valor das operações a liquidar inclui o montante das operações devedoras (refletidas no ativo) e credoras (refletidas no passivo)

8. Custos Operacionais

Em 2016, os custos operacionais ascenderam ao montante de 1.148.349 Euros (1.142.716 Euros em 2015), apresentando um crescimento de 0,5% face ao período homólogo, o que correspondeu a um aumento de cerca de 6 mil Euros. Do total dos custos, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é a que detém maior representatividade (88,2% em 2016 e 87,9% em 2015), seguida da rubrica Amortizações (5,2% em 2016 e 6,7% em 2015).

Os custos operacionais podem ser visualizados como segue:

Custos Operacionais	2016		2015		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 16/15
Custos com Pessoal	10.303	0,9%	8.448	0,7%	22,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.013.274	88,2%	1.004.265	87,9%	0,9%
Impostos e Taxas	43.969	3,8%	37.092	3,2%	18,5%
Amortizações	59.959	5,2%	76.240	6,7%	-21,4%
Juros Suportados	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Comissões	20.844	1,8%	16.671	1,5%	25,0%
Total	1.148.349	100,0%	1.142.716	100,0%	0,5%

9. Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência

A **POPULAR SEGUROS** foi constituída em 30 de Agosto de 2006 com um capital social de 7,5 milhões de Euros, representado por 1,5 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros cada. Não se verificou qualquer aumento de capital desde essa data.

O resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2016, foi de 703.884 Euros (749.706 Euros em 2015).

Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2016, ao montante de 8.464.805 Euros (10.519.920 Euros em 2015):

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	(36.827)	13.186
Reserva por impostos diferidos	8.286	(2.967)
Outras reservas	289.462	214.491
Resultados transitados	-	2.045.504
Resultado do exercício	703.884	749.706
Total	8.464.805	10.519.920

10. Gestão de Riscos e Controlo Interno

Na sequência da publicação da Lei nº 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a Popular Seguros ajustou o seu programa de ação de forma a permitir o cumprimento do novo regime de Solvência, a partir de 1 de janeiro de 2016.

No decurso do ano de 2016, e no âmbito do Grupo Eurovida, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Quantificação regular da posição de solvência, em linha com o reporte externo trimestral e anual exigido na regulamentação de Pilar III, otimizando o processo de governação e integração do processo no âmbito do controlo interno;
- Desenvolvimento e implementação das Políticas de Compliance, Risco Operacional e Controlo Interno, Continuidade de negócio e Subcontratação;
- Desenvolvimento do processo de monitorização sistemática e periódica do cumprimento dos limites de Appetite ao Risco, promovendo o alinhamento do plano estratégico de negócio com as dimensões de risco e capital;
- Implementação e operacionalização das Funções Chave em conformidade com os requisitos de Solvência II;
- Participação ativa e obrigatória nos Comités de Investimento, dando cumprimento ao dever de comunicação à Administração dos riscos identificados como potencialmente materiais e monitorizando o risco de mercado;
- Sensibilização e mobilização da Administração e Diretores de Topo da Empresa para o novo regime de Solvência II, nomeadamente nas áreas: sistema de governação, autoavaliação prospectiva dos riscos e submissão de informação à entidade reguladora;

- Participação ativa em grupos de trabalho da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II.

11. Principais Projetos e Iniciativas em 2016

Para que a Popular Seguros conseguisse ultrapassar a difícil conjuntura, vivida no mercado segurador e na atividade económica em 2016, foram vários os projetos e iniciativas desenvolvidas e, que em conjunto, contribuíram como uma oportunidade de inovação e de aproximação aos clientes e aos vários canais de distribuição. Como mais importantes, temos a destacar:

- Desenvolvimento e implementação do novo regime prudencial – Solvência II;
- Otimização de processos e procedimentos para uma maior eficiência e um melhor serviço a clientes e canais, tais como o processo de gestão de propostas, o processo de cobranças ou o processo de gestão de sinistros, no qual realçamos a integração da opção da app e_Segurnet – Participação Eletrónica de Sinistros Automóvel – lançada pela APS – Associação Portuguesa de Seguradores;
- Implementação de modelos de gestão de processos, integrada com os canais, para uma maior eficiência e serviço ao cliente.
- Continuidade na migração para um novo sistema de gestão documental;
- Levantamento de requisitos e definição do plano para a criação de um Ecosistema Digital.

PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

V. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo do exercício de 2016 foi de 703.883 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- ♥ Para Reserva Legal: 70.388 Euros;
- ♥ Para Resultados Transitados: 633.495 Euros.

PERSPETIVAS
FUTURAS

VI. Perspetivas Futuras

Os principais projetos/iniciativas para os anos de 2017 e seguintes, que visam contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, táticos e operativos definidos pela Popular Seguros, podem ser descritos como segue:

Foco no cliente

- ♥ Focalizar prioritariamente a atividade de contacto no cliente, promovendo a segmentação e elegendo como mercados prioritários as PME's e Particulares.
- ♥ Disponibilizar uma oferta global e integrada nas áreas da proteção pessoal e do património.
- ♥ Aumentar o *Cross-Selling* em colaboração com os canais de distribuição.
- ♥ Assegurar a retenção de clientes e sucesso das vendas, garantindo a máxima satisfação dos mesmos no que respeita ao nível de serviço prestado.
- ♥ Promover a interação dos nossos clientes e parceiros através de plataformas *Web* e *Mobile*.
- ♥ Implementar um sistema *online* que permita ao cliente/canal o acompanhamento do processo de sinistro.

Alargamento da Rede de Distribuição

- ♥ Consolidar e alargar a base de distribuição das Redes especializadas, Mediação profissional, Redes bancárias, *Affinities* e Rede de Agentes Principais.

Sustentar um nível de rentabilidade

- ♥ Incrementar as margens técnicas do negócio, através quer de uma política de preço adequada e uma seleção de riscos exigente, quer de uma redução contínua dos custos unitários, através do aumento da escala e da monitorização da base de custos.

Melhoria da operacionalidade

- ♥ Promover a eficiência de processos através da automatização e desmaterialização de processos, tornando os processos simples e desburocratizados, com especial enfoque na área dos Sinistros e Contratação.
- ♥ Melhorar o atendimento aos clientes no serviço "pós-venda", quer nos tempos de resposta e na célere resolução da situação dos clientes, quer na qualidade e no serviço que é prestado aos clientes.
- ♥ Desenvolver, implementar e melhorar a eficácia do sistema de controlo de qualidade da Empresa, aplicando métricas, definindo objetivos e divulgando SLAs (*Service Level Agreement*) em cada fase do processo de negócio ou de suporte, com vista a garantir a qualidade de serviço ao cliente.

No âmbito da Gestão de Risco, para 2017 prevê-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- ♥ Quantificação regular da posição de solvência, em linha com o reporte externo trimestral e anual exigido na regulamentação de Pilar III, otimizando o processo de governação e integração do processo no âmbito do controlo interno;

- ♥ Desenvolvimento do processo de monitorização sistemática e periódica do cumprimento dos limites de Appetite ao Risco, promovendo também o alinhamento do plano estratégico de negócio com as dimensões de risco e capital;
- ♥ Reforço da estrutura interna de Comitês tendo em conta os requisitos identificados no Pilar II para cada Política e de forma a dar resposta aos requisitos de Solvência II, nomeadamente através da criação de um Comité de Gestão de Risco e do reforço do reporte interno de risco e Solvência II;
- ♥ Revisão do processo ORSA.

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

VII. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes da **POPULAR SEGUROS** e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a ação relevante do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento aos nossos parceiros e canais de distribuição pela colaboração na divulgação e promoção da POPULAR SEGUROS.

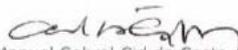
Registamos ainda o agradecimento da POPULAR SEGUROS pelos apoios recebidos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 20 de março de 2017

O Conselho de Administração



Luís Eduardo da Silva Barbosa
(Presidente do Conselho de Administração)



Carlos Manuel Sobral Cid da Costa Alvares
(Vogal)



Caria Maria da Luz Gouveia
(Vogal)



José Luis Castro Cortizo
(Vogal)



Pedro Miguel da Gama Cunha
(Vogal)

Susana de Medrano Boix
(Vogal)



ANEXO AO
RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

VIII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Acionistas que, em 31 de dezembro de 2016, detinham um décimo ou mais do total das ações (*art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais*):

Participação de Acionistas

Unidade: Euros

	2016	Percentagem
Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	7.500.000	100%

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2016

Demonstrações Financeiras 2016

Contas de Ganhos e Perdas de 2016

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016			2015
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	6.094.442	-	6.094.442	4.909.709
Prémios brutos emitidos		10.012.318	-	10.012.318	8.371.557
Prémios de resseguro cedido		3.729.246	-	3.729.246	3.214.275
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		267.933	-	267.933	119.994
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		79.302	-	79.302	(127.579)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	4.603.558	-	4.603.558	3.356.781
Montantes pagos		3.905.854	-	3.905.854	3.096.613
Montantes brutos		4.483.390	-	4.483.390	3.559.056
Parte dos resseguradores		577.536	-	577.536	462.443
Provisão para sinistros (variação)		697.704	-	697.704	260.168
Montante bruto		696.810	-	696.810	177.369
Parte dos resseguradores		(894)	-	(894)	(82.799)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	201.000	-	201.000	63.691
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	8	949.080	-	949.080	1.014.625
Custos de aquisição		1.498.844	-	1.498.844	1.320.477
Custos de aquisição diferidos (variação)		(9.405)	-	(9.405)	12.343
Gastos administrativos		530.869	-	530.869	528.622
Comissões e participação nos resultados de resseguro		1.071.228	-	1.071.228	846.818
Rendimentos	9	301.713	322.709	624.422	376.894
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		233.065	90.790	323.856	313.451
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		68.648	231.919	300.566	63.444
Gastos financeiros	10	137.991	23.361	161.352	178.371
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		78.045	23.361	101.406	122.583
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		59.946	-	59.946	55.787
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	11	230.494	118.809	349.303	369.719
De ativos disponíveis para venda		230.494	118.809	349.303	369.719
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-

(cont.)

O Técnico Oficial de Contas

Contas de Ganhos e Perdas de 2016

(cont.)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016			2015	
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total	
Diferenças de câmbio		-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	12	54.518	192.883	247.401	72.193	72.193
De ativos disponíveis para venda		54.518	192.883	247.401	72.193	72.193
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	(523)	-	(523)	(642)	(642)
Outras provisões (variação)		-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	14	-	3.586	3.586	(2.467)	(2.467)
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-	-
Resultado Líquido antes de Impostos	25	679.979	228.860	908.839	967.552	967.552
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	165.262	95.358	260.620	234.090	234.090
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	(12.266)	(43.399)	(55.665)	(16.243)	(16.243)
Resultado Líquido do exercício		526.984	176.900	703.884	749.706	749.706

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas do Anexo	2016			2015		
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
		Unidade: Euros					
Resultado líquido do período	25	526.984	176.900	703.884	600.304	122.872	723.176
Outro rendimento integral do período							
Items que reclassificam por resultados							
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	10.107	(60.121)	(50.014)	(168.493)	(119.301)	(287.794)
Ganhos e perdas líquidos		(274.904)	(371.813)	(646.718)	(425.684)	(304.022)	(729.706)
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		285.012	311.692	596.704	257.191	184.720	441.912
Imparidade		54.518	192.883	247.401	26.909	45.284	72.193
Alienação		230.494	118.809	349.303	230.282	139.437	369.719
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	25	(2.274)	13.527	11.253	37.911	26.843	64.754
Total do outro rendimento integral do período		7.833	(46.594)	(38.761)	(130.582)	(92.458)	(223.041)
Total do Rendimento integral do período líquido de impostos		534.817	130.306	665.124	469.722	30.414	500.135

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016

		Unidade: Euros	
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2016	2015
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	920.887	784.928
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Ativos disponíveis para venda	17	14.337.300	15.533.883
Empréstimos e contas a receber		-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-
Outros depósitos		-	-
Empréstimos concedidos		-	-
Contas a receber		-	-
Outros		-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-
Terrenos e edifícios		-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-
Outros ativos tangíveis	18	-	-
Inventários		-	-
Goodwill		-	-
Outros ativos intangíveis	19	106.027	65.740
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	1.748.234	1.689.831
Provisão para prémios não adquiridos		1.293.343	1.234.046
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		454.891	455.785
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	585.301	361.890
Contas a receber por operações de seguro direto		572.508	334.126
Contas a receber por outras operações de resseguro		-	16.665
Contas a receber por outras operações		12.793	11.100
Ativos por impostos	22	125.838	61.887
Ativos por impostos correntes		-	-
Ativos por impostos diferidos		125.838	61.887
Acréscimos e diferimentos	23	-	-
Outros elementos do ativo		-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-
Total do Ativo		17.823.587	18.498.159

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2016	2015
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	20	7.902.944	6.746.607
Provisão para prémios não adquiridos		3.722.671	3.464.143
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		3.162.619	2.465.809
De vida		-	-
De acidentes de trabalho		743.217	398.071
De outros ramos		2.419.402	2.067.738
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		648.852	571.988
Provisão para riscos em curso		368.802	244.667
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Outros passivos financeiros	24	269.296	375.773
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		269.296	375.773
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21	715.090	448.350
Contas a pagar por operações de seguro direto		269.785	166.446
Contas a pagar por outras operações de resseguro		396.885	240.697
Contas a pagar por outras operações		48.420	41.207
Passivos por impostos	22	286.098	268.915
Passivos por impostos correntes		286.098	265.948
Passivos por impostos diferidos		-	2.967
Acréscimos e diferimentos	25	185.353	138.594
Outras Provisões		-	-
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
Total do Passivo		9.358.782	7.978.239
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	7.500.000	7.500.000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	25	(36.827)	13.186
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		(36.827)	13.186
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	25	8.286	(2.967)
Outras reservas	25	289.462	214.491
Resultados transitados	25	-	2.045.504
Resultado do exercício	25	703.884	749.706
Total do Capital Próprio		8.464.805	10.519.920
Total do Passivo e Capital Próprio		17.823.587	18.498.159

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2016

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total	
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal				
Balço a 31 de dezembro de 2015 (balço de abertura)	25	7.500.000	13.186	(2.967)	214.491	2.045.504	749.706	10.519.920	
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	
Balço de abertura alterado	(1)	25	7.500.000	13.186	(2.967)	214.491	749.706	10.519.920	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	74.971	674.735	(749.706)	-	
Resultado Líquido do período	(3)	25	-	-	-	-	703.884	703.884	
Outro rendimento integral do período	(4)	25	-	(50.013)	11.253	-	-	(38.760)	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	(50.013)	11.253	-	-	-	(38.760)	
Total do rendimento integral do período	(5)-(3)-(4)	-	(50.013)	11.253	-	-	703.884	665.124	
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	(2.720.239)	-	(2.720.239)	
Total das variações do capital próprio	(7)-(2)-(5)-(6)	-	(50.013)	11.253	74.971	674.735	(45.822)	665.124	
Balço a 31 de dezembro de 2016	(8)-(7)-(1)	25	7.500.000	(36.827)	8.286	289.462	-	703.884	8.464.805

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2015

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
Balanco a 31 de dezembro de 2014(balanco de abertura)	27	7.500.000	300.981	(67.721)	152.160	1.484.526	623.309	9.993.255
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Balanco de abertura alterado	(1) 27	7.500.000	300.981	(67.721)	152.160	1.484.526	623.309	9.993.255
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	62.331	560.978	(623.309)	-
Resultado Líquido do período	(3) 27	-	-	-	-	-	749.706	749.706
Outro rendimento integral do período	(4) 27	-	(287.794)	64.754	-	-	-	(223.041)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	(287.794)	64.754	-	-	-	(223.041)
Total do rendimento integral do período	(5)=(3)+(4)	-	(287.794)	64.754	-	-	749.706	526.666
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	(7)=(2)+(5)+(6)	-	(287.794)	64.754	62.331	560.978	126.397	526.666
Balanco a 31 de dezembro de 2015	(8)=(7)+(1)	7.500.000	13.186	(2.967)	214.491	2.045.504	749.706	10.519.920

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros			
Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2016	2015
Fluxos de atividade operacional			
+ Prémios de seguro direto recebidos		11.229.357	9.590.589
- Sinistros de seguro direto pagos		3.987.319	3.442.693
- Prémios de resseguro cedido pagos líquidos de Sinistros de resseguro cedido recebidos (inclui comissões e participações nos resultados de resseguro cedido)		1.994.102	1.965.051
- Comissões por intermediação de seguros		594.733	566.025
- Outras comissões pagas		89.789	80.756
- Pagamentos ao pessoal		250.817	257.353
- Pagamentos a fornecedores e mediadores		1.320.132	1.048.879
- Outros fluxos de caixa operacionais		64.074	55.454
+ Dividendos recebidos		300.566	63.444
+ Juros recebidos		323.856	408.734
+ Alienações realizadas de investimentos		14.292.562	10.942.348
+ Reembolsos obrigações		1.000.000	2.651.000
- Aquisição de investimentos			
Títulos de rendimento variável		64.474	445.780
Títulos de rendimento fixo		14.080.565	13.814.781
- Impostos sobre os rendimentos pagos		1.743.893	1.363.634
Sub-Total		2.956.443	615.709
Fluxos de atividade de investimento			
- Aquisição de imobilizado		100.245	81.918
+ Alienação de imobilizado		-	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas		-	-
Sub-Total		(100.245)	(81.918)
Fluxos de atividade de financiamento			
+ Recebimentos de aumento de capital		-	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados		-	-
- Pagamento de empréstimos subordinados		-	-
+ Recebimentos de empréstimos concedidos		-	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos		-	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira		-	-
- Dividendos pagos a acionistas		2.720.239	-
- Dividendos pagos a interesses minoritários		-	-
Sub-Total		(2.720.239)	-
Efeitos das diferenças de câmbio			
		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes	15	135.959	533.791
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro	15	784.928	251.137
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro	15	920.887	784.928
Variação no período		135.959	533.791

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO
DA POSIÇÃO FINANCEIRA
E À CONTA
DE GANHOS E PERDAS
2016

Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2016

(Valores expressos em Euros)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2017.

Nota 1 – Informações Gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada

A **POPULAR SEGUROS - Companhia de Seguros, S.A.** foi constituída em 30 de agosto de 2006, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de julho, e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro dos ramos “Não Vida”, podendo ainda exercer as atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro autorizadas por lei. A Empresa iniciou a comercialização dos seus produtos em outubro de 2006 e tem a sua sede na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida para o qual obteve a devida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Na sua atividade, a Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida, operando nos ramos Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência, e apenas em Portugal.

No decorrer do exercício de 2009, a Popular Seguros solicitou autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), para alargar o âmbito da sua atividade seguradora a outros ramos, modalidades, e grupos de ramos não vida, conforme classificação do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril.

A Empresa obteve, através da Norma de Autorização n.º 5/2009-A, de 29 de outubro de 2009, autorização por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a exploração dos seguintes ramos e modalidades: responsabilidade Civil Geral na modalidade “outras”, Proteção Jurídica e Assistência; e dos seguintes grupos de ramos não vida: Seguro de Acidentes e Doença e Seguro Automóvel.

Em 2010, a Empresa iniciou a comercialização nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência.

Durante o ano de 2011, a Empresa iniciou a comercialização do ramo Doença tendo continuado a aposta nos novos ramos de 2010, nomeadamente Acidentes de Trabalho e Automóvel.

A atividade seguradora em Portugal, que vinha a conhecer um crescimento sustentado, apresenta nos últimos dois anos um decréscimo. Fruto do contexto económico, o Mercado Segurador registou, em 2016, uma desaceleração.

No exercício de 2016, de acordo com os valores provisórios apresentados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Mercado Segurador apresentou um decréscimo de aproximadamente 14,4%, sendo o volume total de prémios de seguro direto de 10,8 mil milhões de Euros. Este decréscimo é justificado, pelo ramo Vida em -23,3%, uma vez que o ramo Não Vida, apresentou um crescimento de 4,9%, quando comparado com o ano anterior.

A Popular Seguros tem apostado nos últimos anos no alargamento e diversificação da sua oferta, comercializando produtos nos segmentos de proteção pessoal e patrimonial. Utiliza como canal de distribuição maioritário o *Bancassurance*, tendo o Banco Popular Portugal como canal preferencial. Recentemente tem vindo a apostar no reforço da sua distribuição no canal da Mediação e Redes Especializadas.

Outras informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Popular Seguros opera encontram-se nos capítulos II, III e IV do presente Relatório e Contas.

Nota 2 – Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas pela empresa reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10 /2016 R, de 15 de Setembro.

O Plano de Contas atual segue os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto o IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente ao qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e ainda as regras relativas ao reconhecimento e mensuração da provisões técnicas que constam no novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradores e resseguradora, aprovado pela lei nº 147/2015 de 9 de setembro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito a seguir sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Empresa adotou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Empresa.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. A Empresa opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Empresa efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3 do presente relatório.

No exercício de 2016 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior.

a) Normas contabilísticas e interpretações emitidas

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016:

i) IAS 1 (alteração), (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

ii) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

iii) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

iv) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

v) IAS 27 (alteração) 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

vi) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

vii) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

viii) Melhorias às normas 2011- 2012, Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

ix) Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

b) Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2016, ou em data posterior, e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente.

i) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

ii) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". A Empresa está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

ii) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A Empresa está a avaliar o impacto desta alteração.

iii) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento - Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. A Empresa está a avaliar o impacto desta alteração.

iv) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela

União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. A Empresa está a avaliar o impacto desta alteração.

v) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. A Empresa está a avaliar o impacto desta alteração.

vi) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Empresa está a avaliar o impacto desta alteração.

vii) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União

Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. A Empresa está a avaliar o impacto desta alteração.

viii) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". A Empresa está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

ix) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. A Empresa está a avaliar o impacto das referidas melhorias.

x) Interpretações - IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção futura desta interpretação.

2.2. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas, abaixo descritas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos/passivos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Popular Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença;
- Incêndio e outros danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade civil geral;
- Diversos.

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo depreciados e sujeitos a testes de imparidade. As suas depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando as seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Taxas anuais
Instalações	10%
Máquinas e Aparelhos	10% - 25%
Viaturas	25%
Mobiliário e Equipamento	10% - 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Empresa capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Empresa opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo amortizados e sujeitos a testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos intangíveis	Taxas anuais
Despesas com Aplicações Informáticas	33,33%
Outros	33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

e) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, podem subdividir-se em duas categorias:

(i) *Ativos financeiros detidos para negociação*

Correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de valias no curto prazo e a instrumentos financeiros derivados que não sejam classificados para cobertura contabilística; e

(ii) *Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Nesta categoria são classificados os títulos que a Empresa considera que (i) os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (ii) estes ativos contêm derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- **Empréstimos e contas a receber**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação imediata ou num prazo próximo ou que não tenham sido designados como ao justo valor através de ganhos e perdas ou como disponíveis para venda. Poderá ainda englobar valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro e outras transações relacionadas com contratos de seguro.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros não derivados sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe serão reclassificados para a classe de ativos financeiros disponíveis para venda.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Popular Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações em (i) ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos e contas a receber e (iv) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou
- (iii) não obstante, retenha parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos disponíveis para venda são, igualmente, registados ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas. As variações ficam reconhecidas em reservas até que os ativos financeiros sejam vendidos ou desreconhecidos. No caso de ser identificada uma perda por imparidade, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas, é transferido para resultados.

Ainda, relativamente aos ativos disponíveis para venda, no caso dos títulos de rendimento fixo, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os empréstimos e contas a receber e os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Empresa estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, quando necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

(iv) Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros das categorias de ativos detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber (*Loans and receivables*) ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e detidos até à maturidade também são permitidas.

A Popular Seguros utilizou com critério para elegibilidade da reclassificação das obrigações classificadas como disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber teve como base a análise de liquidez do ativo, naquela data. A análise da liquidez dos ativos (cotação representativa do seu justo valor) teve por base a verificação cumulativa das seguintes condições: (i) existirem pelo menos três contribuidores de preços disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg*; (ii) o "spread Bid/Ask" ser inferior ou igual a 50 bps; (iii) a diferença entre os dois melhores contribuidores ("spread Bid/Ask" mais curtos) ser inferior ou igual a 100 bps; e (iv) existirem quantidades significativas de transações superiores ou iguais a 500 mil unidades.

Desde 31 de dezembro de 2014, que não existem registos nas demonstrações financeiras da Popular Seguros de obrigações reclassificadas na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber, com base no critério indicado.

(v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Empresa avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Empresa, existe prova objetiva de imparidade, no caso dos instrumentos de capital, quando se verifica a existência de declínio significativo, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização superior a 40% no justo valor ou, quando se verifica a existência de declínio prolongado, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição num período de pelo menos 18 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição/ custo amortizado (no caso de títulos de rendimento fixo) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Qualquer perda de valor subsequente nestes ativos originará perdas por imparidade adicionais a serem reconhecidas em resultados, no respetivo exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição/ custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

(vi) Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro são refletidos na rubrica "Devedores – por operações de seguro direto".

Este ajustamento destina-se a reconhecer no resultado da Empresa o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos. O cálculo deste ajustamento é efetuado de acordo com o estipulado na Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, tendo em conta uma análise económica dos recibos por cobrar, considerando-se a taxa de incumprimento histórica.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação de critérios de base económica.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de constituição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

g) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquida de imposto.

h) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

i) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

j) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

k) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

I) Contratos de seguro

A Empresa emite contratos que incluem risco de seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente, mediante o pagamento de um prémio. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimentos de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 5 do presente Relatório.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores (fundamentalmente, ao Banco Popular Portugal, S.A.) pela angariação de contratos de seguro.

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao canal de distribuição pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com agentes e angariadores são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio ou renovação das respetivas apólices.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. Durante o exercício de 2016, o cálculo do valor da provisão para prémios não adquiridos não pode ser deduzido de um montante de custos de aquisição diferidos a imputar no exercício seguinte superior a 20% do valor inicial da provisão de acordo com o Artigo 5º da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de Setembro.

Provisões técnicas

É requerido à Empresa pelas Leis e Normas/Regulamentos, bem como pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados, nomeadamente:

(a) Provisão para prémios não adquiridos

Esta provisão tem como objetivo registar parte dos prémios brutos emitidos, relativa a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Empresa, de acordo com o PCES calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pró-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

(b) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Empresa através da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Empresa de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidades e outros fatores.

De acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, a Empresa regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Empresa e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em gestão no final do exercício.

Relativamente aos sinistros, o montante dos reajustamentos efetuados no ano pode ser visualizado no Anexo 2 e os custos com sinistros no Anexo 3.

(c) Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, relativamente aos contratos de seguro emitidos, e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para o ramo Acidentes de Trabalho, para além da provisão para sinistros, calcula-se ainda uma provisão matemática para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2016 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamentos de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma provisão matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2016 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

Para as pensões não remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 88/90 com uma taxa de juro de 3% e encargos de gestão de 2%, e para as pensões remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% (conforme previsto na portaria n.º11/2000).

(d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade, excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco de Fenómenos Sísmicos, o único aplicável, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Empresa.

(e) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos de seguro em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

(f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com o estipulado na IAS 12.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, não necessitando de se constituir a respetiva provisão, mas apenas ser objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

o) Resseguro

A Popular Seguros cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

p) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

q) Juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares, utilizando o método da taxa efetiva. No caso dos juros dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, a componente de juro não é separada e é classificada na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

r) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Nota 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são analisadas no sentido de melhorar o entendimento de como a sua

aplicação afeta os resultados reportados da Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. No entanto, o Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras com risco de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros prendem-se com as seguintes rubricas:

3.1. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro

As provisões técnicas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a: (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para desvios de sinistralidade e, (iv) provisão para sinistros reportados e não reportados.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Empresa avalia periodicamente as suas responsabilidades tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Empresa regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante das normas/ diplomas legais em vigor e da experiência e conhecimento acumulado da Empresa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Empresa de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

De referir, que poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Empresa, acomodada na provisão IBNR. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Empresa estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente a Nota 16.2.

3.3. Imparidade

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus ativos classificados como disponíveis para venda quando existe um declínio prolongado ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de um declínio prolongado ou de valor significativo requer julgamento, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Empréstimos e contas a receber

A Empresa efetua regularmente a análise das perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber numa base individual, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A determinação de expectativas de perdas futuras nos títulos detidos baseia-se no acompanhamento regular dos emitentes, nomeadamente, da evolução das notações de *rating* das diversas agências. Perante a degradação da perceção de risco do emitente, como é o caso de uma descida significativa das notações de *rating*, a Empresa procede a uma análise detalhada da situação financeira e económica do emitente. Eventuais imparidades são constituídas com base na informação recolhida e na perceção quanto à capacidade de reembolso do título por parte do emitente.

A Empresa considera que a imparidade determinada com base nas metodologias anteriormente descritas permite refletir de forma adequada o risco de crédito associado a estes investimentos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

3.4. Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Nota 4 – Informação por segmentos

Na sua atividade a Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo Não Vida, tendo considerado como segmentos básicos de negócio os seguintes segmentos:

- Acidentes e Doença;
- Incêndios e Outros Danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade Civil Geral;
- Diversos (ramos Assistência e Proteção Jurídica).

O segmento de Acidentes e Doença, inclui os produtos da Popular Seguros relacionados com a proteção pessoal, nomeadamente, os seguros de Acidentes Pessoais, de Acidentes de Trabalho (segmento particulares e empresas) e o de Saúde.

O seguro de Acidentes Pessoais tem como principal intuito proteger o segurado em caso de acidente. Cobre o risco de acidente com data e ocorrência bem definida, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.

O seguro de Acidentes de Trabalho, visa segurar as pessoas seguras no caso de se verificar um acidente no local de trabalho e no tempo de trabalho, produzindo direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na incapacidade de trabalho. De referir, que este é um seguro obrigatório. Enquadra-se, ainda, no Ramo Acidentes e Doença, o Seguro de Saúde, que sendo um seguro facultativo, muitas vezes é efetuado por empresas como benefício aos seus colaboradores, funcionando assim como um complemento ao serviço nacional de saúde.

Também na componente de proteção pessoal, está incluído o produto de Responsabilidade Civil Família, seguro que cobre o risco do segurado numa eventualidade de ter de vir a indemnizar terceiros por danos que lhes cause, nomeadamente numa atividade, uma profissão ou situação familiar.

Como ofertas de proteção patrimonial, a Popular Seguros tem uma oferta alargada, contemplando seguros de Multirriscos Habitação ou Comércio e seguros Automóvel. Em ambos os casos, a Popular Seguros cobre danos causados no património, mediante as coberturas contratadas (base ou plus nos Multirriscos, e mínimos, médios ou máximos no caso do Automóvel). De referir, ainda, que o seguro automóvel é um seguro obrigatório, podendo o Multirriscos Habitação ou Comércio ser facultativo ou obrigatório, consoante a situação (por exemplo, a cobertura de recheio é por norma facultativa).

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

O quadro anexo evidencia o relato por segmentos de negócio, para os exercícios de 2016 e 2015, detalhando os mesmos entre a posição financeira e a conta de ganhos e perdas, como segue:

1. Demonstração da posição financeira

Ano 2016

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2016							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	158.759	234.574	252.902	3.321	12.630	662.185	258.702	920.887
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.953.473	4.257.859	4.590.548	60.275	229.245	12.091.399	2.245.901	14.337.300
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.565.399	2.565.399
Total	3.112.232	4.492.433	4.843.450	63.595	241.875	12.753.584	5.070.002	17.823.586

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2016							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	1.822.275	2.833.316	3.054.698	40.109	152.547	7.902.944	-	7.902.944
Outros credores e passivos financeiros	269.296	-	-	-	-	269.296	715.090	984.386
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	286.098	286.098
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	185.353	185.353
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.091.571	2.833.316	3.054.698	40.109	152.547	8.172.240	1.186.542	9.358.782

Ano 2015

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2015							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	78.447	115.358	103.475	1.993	5.875	305.148	479.780	784.928
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.759.539	3.948.099	3.541.394	68.215	201.054	10.518.300	5.015.583	15.533.883
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.179.348	2.179.348
Total	2.837.985	4.063.457	3.644.869	70.208	206.928	10.823.448	7.674.711	18.498.159

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2015							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	1.641.877	2.597.577	2.329.993	44.881	132.279	6.746.607	-	6.746.607
Outros credores e passivos financeiros	375.773	-	-	-	-	375.773	448.350	824.123
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	268.915	268.915
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	138.594	138.594
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.017.649	2.597.577	2.329.993	44.881	132.279	7.122.380	855.860	7.978.239

2. Conta de ganhos e perdas

Ano 2016

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2016							Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.686.121	1.438.499	2.877.193	57.586	35.043	-	6.094.442	
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(1.001.643)	(649.555)	(2.946.976)	(5.383)	-	-	(4.603.558)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.187)	(76.865)	(132.065)	-	9.117	-	(201.000)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(454.961)	58.416	(480.822)	(31.602)	(40.112)	-	(949.080)	
Rendimentos	69.601	108.098	116.249	1.632	6.133	322.709	624.422	
Gastos financeiros	(39.952)	(50.772)	(44.589)	(1.146)	(1.531)	(23.361)	(161.352)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	63.282	77.873	83.745	1.176	4.418	118.809	349.303	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(8.777)	(21.302)	(22.908)	(322)	(1.209)	(192.883)	(247.401)	
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(523)	-	-	-	-	(523)	
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	3.586	3.586	
Resultados antes de impostos	312.484	883.868	(550.174)	21.941	11.860	228.860	908.839	
Impostos	70.309	198.870	(123.789)	4.937	2.668	51.493	204.955	
Resultado líquido do exercício							703.884	

Ano 2015

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2015						Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.309.500	1.274.445	2.267.235	49.233	9.296	-	4.909.709
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(301.377)	(727.048)	(2.324.945)	(3.411)	-	-	(3.356.781)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	132.766	(80.234)	(113.623)	-	(2.601)	-	(63.691)
Custos e gastos de exploração líquidos	(492.675)	(72.202)	(390.342)	(29.590)	(29.815)	-	(1.014.625)
Rendimentos	61.427	82.584	74.673	1.539	4.439	152.231	376.894
Gastos financeiros	(41.408)	(53.153)	(42.533)	(1.258)	(1.667)	(38.351)	(178.371)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	63.802	84.225	76.157	1.570	4.528	139.437	369.719
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(5.695)	(10.733)	(9.705)	(200)	(577)	(45.284)	(72.193)
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(642)	-	-	-	-	(642)
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	(2.467)	(2.467)
Resultados antes de impostos	726.341	497.242	(463.082)	17.883	(16.397)	205.566	967.552
Impostos	163.427	111.879	(104.193)	4.024	(3.689)	46.399	(217.846)
Resultado líquido do exercício							749.706

Nota 5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

5.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e de resseguro cedido, são analisados como segue:

Unidade: Euros

	2016					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Prémios adquiridos de seguro direto	2.312.830	3.945.068	3.029.354	114.232	342.900	9.744.386
Prémios brutos emitidos	2.065.989	4.165.325	3.298.244	107.557	375.203	10.012.318
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(246.842)	220.257	268.890	(6.675)	32.302	267.933
Prémios adquiridos de resseguro cedido	626.710	2.506.569	152.162	56.646	307.857	3.649.943
Prémios de resseguro cedido	413.624	2.795.148	152.162	53.366	314.946	3.729.246
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(213.085)	288.579	-	(3.280)	7.089	79.302
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.686.121	1.438.499	2.877.193	57.586	35.043	6.094.442

Unidade: Euros

	2015					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Prémios adquiridos de seguro direto	1.929.767	3.545.598	2.412.366	97.298	266.534	8.251.563
Prémios brutos emitidos	1.695.843	3.661.046	2.624.372	93.541	296.754	8.371.557
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(233.924)	115.449	212.006	(3.756)	30.219	119.994
Prémios adquiridos de resseguro cedido	620.268	2.271.153	145.130	48.064	257.239	3.341.854
Prémios de resseguro cedido	397.232	2.340.635	145.130	46.256	285.020	3.214.275
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(223.036)	69.482	-	(1.808)	27.782	(127.579)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.309.500	1.274.445	2.267.235	49.233	9.296	4.909.709

O crescimento dos prémios brutos emitidos de seguro direto em 2016, face ao período homólogo, foi de 19,6%, o correspondente a 1.640.761 Euros, sendo que cerca de 46% deste crescimento foi no ramo

Automóvel e Diversos. Em termos de prémios adquiridos de seguro direto, verificou-se um incremento de 24,1% face a 2015.

No que respeita aos prémios adquiridos de resseguro cedido, no final de 2016, estes ascenderam ao montante de 3.649.943 Euros (3.341.854 em 2015), verificando-se um crescimento de 9,2% face ao período homólogo.

Em termos gerais, os prémios adquiridos, líquidos de resseguro cedido totalizaram, em 2016, o montante de 6.094.442 Euros (de 4.909.709 Euros em 2015), registando um crescimento de 24,1% face a 2015. Os ramos Acidentes, Doença e Diversos foram os que mais contribuíram para este aumento, maioritariamente explicado pelos prémios de seguro direto.

5.2. Discriminação de alguns valores relativos aos seguros não-vida entre seguro direto e resseguro aceite

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2016, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	2.065.989	2.312.830	1.033.142	624.875	(425.297)
Incêndio e Outros Danos	4.165.325	3.945.068	1.191.326	826.232	(1.080.150)
Automóvel	3.298.244	3.029.354	2.946.976	480.822	(460.019)
Responsabilidade Civil	1.909.882	1.765.439	1.762.990	298.778	(88.654)
Outras coberturas	1.388.363	1.263.915	1.183.986	182.044	(371.365)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	107.557	114.232	8.756	48.268	(36.608)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	14.790	13.681	-	1.658	-
Assistência	360.413	329.219	-	38.453	-
Diversos	-	-	-	-	-
Total	10.012.318	9.744.386	5.180.200	2.020.308	(2.002.074)
Resseguro Aceite					
Total Geral	10.012.318	9.744.386	5.180.200	2.020.308	(2.002.074)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2015, a discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite pode ser vista como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	1.695.843	1.929.767	272.491	597.282	(544.546)
Incêndio e Outros Danos	3.661.046	3.545.598	1.134.367	795.010	(1.141.026)
Automóvel	2.624.373	2.412.366	2.324.946	390.343	(145.131)
Responsabilidade Civil	1.543.442	1.412.394	1.512.225	247.761	(84.884)
Outras coberturas	1.080.930	999.972	812.721	142.582	(60.247)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	93.541	97.298	4.621	48.993	(27.451)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	12.142	11.172	-	1.277	(11.093)
Assistência	284.611	255.362	-	28.538	(246.146)
Diversos	-	-	-	-	-
Total	8.371.557	8.251.563	3.736.424	1.861.443	(2.115.392)
Resseguro Aceite					
	-	-	-	-	-
Total Geral	8.371.557	8.251.563	3.736.424	1.861.443	(2.115.392)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Nota 6 - Custos com sinistros, líquidos de resseguro

6.1. Indicação dos sinistros reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados no quadro que se segue:

Unidade: Euros

	2016					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Custos com sinistros de seguro direto	1.033.142	1.191.326	2.946.976	8.756	-	5.180.200
Montantes pagos - Prestações	630.927	1.124.463	2.554.795	5.625	-	4.315.810
Custos de gestão de sinistros imputados	24.802	97.420	43.347	2.011	-	167.580
Provisão para sinistros (variação)	377.413	(30.557)	348.834	1.119	-	696.810
Custos com sinistros de resseguro cedido	31.499	541.771	-	3.372	-	576.642
Montantes pagos	79.999	494.724	-	2.813	-	577.536
Provisão para sinistros (variação)	(48.500)	47.046	-	560	-	(894)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.001.643	649.555	2.946.976	5.383	-	4.603.558

Unidade: Euros

	2015					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Custos com sinistros de seguro direto	272.491	1.134.367	2.324.945	4.621	-	3.736.424
Montantes pagos - Prestações	484.693	930.251	1.953.775	2.359	-	3.371.078
Custos de gestão de sinistros imputados	38.515	97.508	49.868	2.086	-	187.977
Provisão para sinistros (variação)	(250.717)	106.608	321.302	176	-	177.369
Custos com sinistros de resseguro cedido	(28.885)	407.319	-	1.210	-	379.644
Montantes pagos	78.154	383.110	-	1.179	-	462.443
Provisão para sinistros (variação)	(107.039)	24.209	-	31	-	(82.799)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	301.377	727.048	2.324.945	3.411	-	3.356.781

Os custos de gestão de sinistros imputados apresentados nas tabelas acima, relativamente a 2016 e 2015, registam um montante de 141.714 Euros e 167.639 euros, respetivamente, relativos a gastos por natureza a imputar afetos a função sinistros (ver nota 8), e 25.866 euros e 20.337 euros, respetivamente, relativos a gastos diretos com a gestão de sinistros, nomeadamente com a Advancecare.

Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram, em 2016, um crescimento de 38,6% face ao período homólogo, o correspondente a um incremento de 1.443.776 Euros, sendo o ramo Acidentes, Doença e Automóvel os responsáveis pelo crescimento, uma vez que o ramo Incêndio e Outros Danos registou um decréscimo de cerca de 10,7%.

No que respeita aos custos com sinistros de resseguro cedido, no final de 2016, estes ascenderam ao montante de 576.642 Euros (379.644 Euros em 2015), verificando-se um acréscimo de 51,9% face ao período homólogo.

A discriminação dos custos com sinistros de 2016, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	630.927	24.802	377.413	1.033.142
Incêndio e Outros Danos	1.124.463	97.420	(30.557)	1.191.326
Automóvel	2.554.795	43.347	348.834	2.946.976
Responsabilidade Civil	1.539.476	43.347	180.167	1.762.990
Outras coberturas	1.015.319	-	168.667	1.183.986
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	5.625	2.011	1.119	8.756
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	4.315.810	167.580	696.810	5.180.200
Resseguro Aceite	-	-	-	-
Total Geral	4.315.810	167.580	696.810	5.180.200

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2015, a discriminação dos custos com sinistros era apresentada da seguinte forma:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	484.693	38.515	(250.717)	272.491
Incêndio e Outros Danos	930.251	97.508	106.608	1.134.367
Automóvel	1.953.775	49.868	321.302	2.324.945
Responsabilidade Civil	1.175.856	43.363	293.006	1.512.225
Outras coberturas	777.920	6.505	28.295	812.721
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	2.359	2.086	176	4.621
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3.371.078	187.977	177.369	3.736.424
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	3.371.078	187.977	177.369	3.736.424

* Sem dedução da parte dos resseguradores

De acordo com os quadros apresentados acima, podemos verificar um aumento dos custos com sinistros em 2016, face a 2015, decorrente do aumento da carteira gerida pela Popular Seguros neste ano (aumento do n.º de apólices em vigor). Também é possível, em termos gerais, verificar um aumento nos montantes pagos em 2016, sendo este mais expressivo no ramo Automóvel.

6.2. Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS), do ramo Automóvel, ascendiam a 66.446 Euros (48.010 Euros em 2015).

6.3. Informação dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas

Os principais rácios de atividade, para o exercício de 2016 e 2015, são como segue:

2016						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	44,7%	30,2%	97,3%	7,7%	0,0%	53,2%
Rácio de Despesas	27,0%	20,9%	15,9%	42,3%	11,7%	20,7%
Rácio de Aquisição (2)	19,1%	13,3%	15,0%	27,2%	11,7%	15,3%
Rácio Administrativo (3)	7,9%	7,7%	0,9%	15,1%	0,0%	5,4%
Rácio Combinado (5)	71,7%	51,1%	113,2%	49,9%	11,7%	73,9%
Rácio de Investimentos (4)	4,1%	2,7%	4,0%	1,2%	2,1%	3,4%
Rácio Total	67,6%	48,4%	109,1%	48,7%	9,6%	70,5%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

2015						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	14,1%	32,0%	96,4%	4,7%	0,0%	45,3%
Rácio de Despesas	31,0%	22,4%	16,2%	50,4%	11,2%	22,6%
Rácio de Aquisição (2)	21,5%	13,9%	15,0%	32,7%	11,2%	16,2%
Rácio Administrativo (3)	9,4%	8,5%	1,1%	17,6%	0,0%	6,4%
Rácio Combinado (5)	45,1%	54,4%	112,6%	55,1%	11,2%	67,8%
Rácio de Investimentos (4)	4,6%	2,8%	3,8%	1,8%	2,3%	3,4%
Rácio Total	40,5%	51,6%	108,8%	53,3%	8,9%	64,4%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

Analisando a evolução dos rácios em 2016, comparativamente com o período homólogo, verifica-se um aumento do rácio total de 64,4% para 70,5%, justificado pelo aumento do rácio combinado.

O aumento do rácio combinado (73,9% em 2016 face a 67,8% em 2015) encontra-se justificado pelo aumento do Rácio de Sinistralidade (53,2% face a 45,3% em 2015), tendo o Rácio da Despesa registado uma ligeira diminuição.

Nota 7 - Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas, líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2016					Unidade: Euros
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Provisão para desvios de sinistralidade	-	76.865	-	-	-	76.865
Provisão para riscos em curso	1.187	-	132.065	-	(9.117)	124.135
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.187	76.865	132.065	-	(9.117)	201.000

	2015					Unidade: Euros
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Provisão para desvios de sinistralidade	-	80.234	-	-	-	80.234
Provisão para riscos em curso	(132.766)	-	113.623	-	2.601	(16.543)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(132.766)	80.234	113.623	-	2.601	63.691

O valor reconhecido na rubrica outras provisões técnicas, líquidas de resseguro, corresponde à variação da provisão para riscos em curso e à variação da provisão para desvios de sinistralidade.

A Provisão para riscos em curso ascendeu no final de 2016 ao montante de 368.802 Euros (244.667 Euros em 2015), tendo ocorrido um incremento no período de 124.135, sendo o ramo automóvel a justificar o aumento do custo.

A provisão para desvios de sinistralidade ascendia no final de 2016 ao montante de 648.852 Euros (571.988 Euros em 2015), correspondendo na totalidade ao ramo Incêndio e Outros Danos.

Nota 8 – Custos e gastos de exploração líquidos

A contabilização dos custos e gastos (custos indiretos) é inicialmente realizada pela sua natureza, sendo posteriormente efetuada uma imputação, tendo por base uma chave de repartição, de acordo com a sua função: à função Sinistros, Aquisição, Administrativa e de Investimentos.

Assim, os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções referidas, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas de ganhos e perdas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos (Nota 6);
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros (Nota 10).

8.1. Indicação dos custos e gastos de exploração líquidos

O montante dos custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Custos de aquisição	1.498.844	1.320.477
Remunerações de intermediação	1.059.859	869.054
Outros custos de aquisição	47.965	60.265
Custos imputados	391.021	391.159
Custos de aquisição diferidos (variação)	(9.405)	12.343
Custos administrativos	530.869	528.622
Remunerações de intermediação	1.067	492
Custos imputados	529.802	528.130
Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.071.228	846.818
Comissões de Resseguro	667.530	561.143
Participação no resultado de Resseguro	403.698	285.675
Total	949.080	1.014.625

Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam em 2016 ao montante de 949.080 Euros (1.014.625 Euros em 2015), representando um decréscimo de 6,5%, o equivalente a menos 65.544 Euros.

Temos por um lado, os custos de aquisição que registam um aumento na ordem dos 13,5% face a 2015, justificado pelo incremento das remunerações de intermediação, e por outro, um acréscimo na rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro cedido (26,5% face a 2015) decorrente, das comissões de Resseguro e da participação nos resultados de resseguro cedido, no montante de 106.387 Euros e de 118.023 Euros, respetivamente.

8.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos foi a seguinte:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Custos com sinistros (Nota 6)	167.580	167.639
Custos de aquisição	391.021	391.159
Custos administrativos	529.802	528.130
Custos gestão dos investimentos (Nota10)	59.946	55.787
Total	1.148.349	1.142.716

Nos últimos anos e na sequência das alterações ocorridas com o alargamento do negócio não vida a novos ramos, e dado que existiram alterações na operacionalidade da Empresa (por exemplo: revisão e alteração dos processos de subscrição e sinistros, automatização de processos anteriormente efetuados manualmente, diferentes políticas de resseguro, dinamização de outros canais de distribuição, alteração da Direção Comercial, etc.), a Popular Seguros tem procedido a revisões sistemáticas da adequacidade dos critérios de imputação de custos, para que os mesmos reflitam de forma adequada a realidade operacional de cada um dos negócios, neste caso específico, o do segmento de não vida, no entanto, e dado que não se verificaram alterações significativas em 2016, o critério de imputação não foi alterado neste exercício.

A Metodologia adotada no que se refere à imputação dos custos resume-se aos seguintes pontos:

- Definição dos conceitos inerentes a cada função, de forma a adotar critérios uniformes em cada Direção/Gabinete;
- Agrupamento dos Centros de Custo, de acordo o critério de apresentarem (ou não) características idênticas;
- Identificação por Centro de Custo, numa primeira fase, do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos), tendo por base a ferramenta *Optimiza*, na qual todos os colaboradores registam as suas atividades diárias;
- Numa segunda fase, utilizou-se como processo complementar, informação extraída do Fortis (ferramenta documental e que funciona para alguns processos como *Workflow*), quantificado o número de documentos tratados por processo (por exemplo: Subscrição, Alterações de Apólices, Investimentos, etc.) e por Centro de Custo;
- Após análise da informação recorrente dos dois pontos mencionados anteriormente, as percentagens finais de imputação de custos a cada uma das funções, foram alvo de envolvimento de todas as áreas, de forma a garantir que as percentagens apuradas espelhavam a realidade de cada Direção e da Empresa como um todo.

No quadro que se segue, é apresentado em termos de valores e percentagens, a imputação dos gastos baseados na sua natureza, por cada uma das funções de imputação, para os anos de 2016 e 2015:

Unidade: Euros

Descrição	2016								
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	10.303	-	0,0%	-	0,0%	10.303	100,0%	-	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.013.274	151.991	15,0%	354.646	35,0%	471.173	46,5%	35.465	3,5%
Impostos	43.969	6.595	15,0%	15.389	35,0%	20.446	46,5%	1.539	3,5%
Amortizações	59.959	8.994	15,0%	20.986	35,0%	27.881	46,5%	2.099	3,5%
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%
Comissões	20.844	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	20.844	100,0%
Total	1.148.349	167.580	22,3%	391.021	52,0%	529.802	70,5%	59.946	8,0%

Unidade: Euros

Descrição	2015									
	Sinistros			Aquisição		Administrativos		Investimentos		
	Total	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	8.448	-	0,0%	-	0,0%	8.448	100,0%	-	0,0%	
Fornecimentos e Serviços Externos	1.004.265	150.640	15,0%	351.493	35,0%	466.983	46,5%	35.149	3,5%	
Impostos	37.092	5.564	15,0%	12.982	35,0%	17.248	46,5%	1.298	3,5%	
Amortizações	76.240	11.436	15,0%	26.684	35,0%	35.451	46,5%	2.668	3,5%	
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%	
Comissões	16.671	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	16.671	100,0%	
Total	1.142.716	167.639	22,3%	391.159	52,0%	528.130	70,3%	55.787	7,4%	

8.3. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

Unidade: Euros

	2016	2015
Gastos com o pessoal	10.303	8.448
Fornecimentos e serviços externos		
Conservação e reparação	272.370	262.860
Cedência de pessoal	230.125	252.877
Trabalhos especializados	122.873	151.681
Comunicações	87.936	77.174
Custos com cobrança de prémios	70.745	64.191
Custos com trabalho independente	65.805	51.470
Contencioso e notariado	48.721	23.058
Rendas e alugueres	42.662	42.662
Contact Center	28.782	27.832
Atendimento de sinistros	19.483	19.483
Quotizações	16.174	16.343
Publicidade e propaganda	4.839	9.938
Outros	2.759	4.694
Sub-Total	1.013.274	1.004.265
Impostos e taxas	43.969	37.092
Amortizações do exercício		
Ativo Intangível (Nota 21)	59.959	76.240
Ativo Tangível (Nota 20)	-	-
Sub-Total	59.959	76.240
Comissões	20.844	16.671
Total	1.148.349	1.142.716

Os gastos totais da Empresa ascenderam, em 2016, ao montante de 1.148.349 Euros (1.142.716 Euros em 2015), apresentando um crescimento de 0,5% face ao período homólogo. Da totalidade dos gastos registados em 2016, os fornecimentos e serviços externos representam 88,2%, seguido dos gastos com amortizações do exercício com 5,2%.

Gastos com pessoal

a) Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício

A Popular Seguros à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 não apresenta custos com pessoal diretos uma vez que opera com pessoal em regime de cedência com a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Durante o exercício de 2016, a Popular Seguros registou um custo no montante de 10.303 Euros (8.448 Euros em 2015) referente a remunerações com os membros da Assembleia Geral e com o Conselho Fiscal, tendo este custo sido registado na rubrica de Custos com pessoal.

b) Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta

A política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Popular Seguros tem como objetivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva os Órgãos, tendo em atenção a performance individual de cada membro, bem como o seu contributo para a Empresa como um todo.

De acordo com o disposto n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Empresa submete, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos respetivos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 27.983 Euros (2015: 18.266 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia, serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial exigidos ao Revisor Oficial de Contas (no montante de 18.758 Euros, dos quais 13.699 Euros foram faturados em 2016) e ainda o serviço de certificação da informação de abertura respeitante ao primeiro ano de aplicação da Diretiva de Solvência II (9.225 Euros, valor totalmente faturado em 2016), trabalho exigido ao Revisor Oficial de Contas.

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimento e serviços externos registou um aumento, em 1%, o correspondente a um acréscimo de 9.010 Euros face a 2015, devendo-se essencialmente aos seguintes fatores:

- Decréscimo dos custos com trabalhos especializados e de cedência de pessoal, no montante de 28.808 Euros e 22.752 Euros, de respetivamente.
- Aumento dos custos com Trabalho independente e Contencioso e notariado, no montante de 14.335 Euros e 25.664 Euros, respetivamente.

Nota 9 – Rendimentos

A distribuição, por categoria de investimento, dos rendimentos reconhecidos, para os períodos de 2016 e 2015, foi a seguinte:

Rendimentos	2016			2015		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	233.065	90.790	323.856	209.378	104.073	313.451
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Juros	232.984	90.762	323.746	209.378	104.073	313.451
Empréstimos e contas a receber						
Juros	81	28	109	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	68.648	231.919	300.566	15.286	48.158	63.444
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Dividendos	68.648	231.919	300.566	15.286	48.158	63.444
Total	301.713	322.709	624.422	224.663	152.231	376.894

Em 2016, o montante de proveitos relativos a juros e dividendos de investimentos financeiros apresentou um crescimento, face a 2015, justificado principalmente pela distribuição de rendimentos do UP's do Fundo de Investimento Imobiliário "Aberdeen".

Nota 10 – Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros acomoda o alisamento à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira e os custos imputados à função investimentos.

Nos exercícios de 2016 e 2015 os gastos financeiros foram os seguintes:

Gastos financeiros	2016			2015		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	78.045	23.361	101.406	84.233	38.351	122.583
Ativos disponíveis para venda	78.045	23.361	101.406	84.233	38.351	122.583
Empréstimos e contas receber	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	59.946	-	59.946	55.787	-	55.787
Custos imputados (Nota 8)	59.946	-	59.946	55.787	-	55.787
Total	137.991	23.361	161.352	140.020	38.351	178.371

Nota 11 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação foi, como segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2016			2015		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De ativos disponíveis para venda	230.494	118.809	349.303	230.282	139.437	369.719
Ações e outros títulos de rendimento variável	(15.750)	397	(15.353)	(25.563)	(13.968)	(39.531)
Mais valias realizadas	2.579	4.100	6.679	-	-	-
Menos valias realizadas	(18.329)	(3.704)	(22.032)	(25.563)	(13.968)	(39.531)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	246.244	118.412	364.656	255.845	153.405	409.250
Mais valias realizadas	260.987	135.440	396.427	273.539	155.859	429.398
Menos valias realizadas	(14.743)	(17.028)	(31.771)	(17.694)	(2.454)	(20.148)
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	230.494	118.809	349.303	230.282	139.437	369.719

Em 2016, o montante de Ganhos líquidos registados nos ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, apresentou um decréscimo quando comparado com o ano anterior.

Nota 12 – Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2016 e 2015 são analisadas como segue:

Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	2016			2015		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De ativos disponíveis para venda	54.518	192.883	247.401	26.909	45.284	72.193
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	54.518	192.883	247.401	26.909	45.284	72.193
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	54.518	192.883	247.401	26.909	45.284	72.193

Durante o ano de 2016 foram registadas perdas por imparidade no montante de 247.401 Euros (72.193 Euros em 2015) referentes aos títulos, "Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)".

O registo destes montantes teve por base os critérios mencionados na Nota 2.2 e encontra-se detalhado no quadro abaixo.

O detalhe dos títulos sobre os quais foi registada imparidade é como segue:

Unidade: Euros					
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2015	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2016
Ações e outros títulos de rendimento variável					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	225.607	247.401	-	473.008
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	-	35.387
Maxirent	PTMXROI0008	14.110	-	-	14.110
Total		275.104	247.401	-	522.505

Unidade: Euros					
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2014	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2015
Ações e outros títulos de rendimento variável					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	167.524	58.083	-	225.607
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	-	35.387
Maxirent	PTMXROI0008	-	14.110	-	14.110
Total		202.911	72.193	-	275.104

Entre 2015 e 2016, a imparidade evoluiu como segue:

Unidade: Euros		
	2016	2015
Saldo inicial	275.104	202.911
Reforço de imparidade	247.401	72.193
Libertação de imparidade	-	-
Saldo final	522.505	275.104

Nota 13 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõe-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	2016	2015
Outros rendimentos/ gastos técnicos		
Rendimentos	-	1
Outros rendimentos técnicos	-	1
Gastos	523	643
Comissões de gestão de co-seguro	523	643
Outros gastos técnicos	-	-
Total	(523)	(642)

Os movimentos ocorridos na rubrica Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2016 são referentes a comissões de co-seguro no valor de 523 Euros (643 Euros em 2015).

Nota 14 – Outros rendimentos/ gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos	2016	2015
Outros rendimentos/ gastos não técnicos		
Rendimentos	10.210	6.670
Excesso da estimativa de imposto	66	-
Correções de exercícios anteriores	8.938	4.790
Retenção de IRC sobre UP's de F.I.	745	1.517
Outros rendimentos não técnicos	462	363
Gastos	6.625	9.137
Oferta a clientes	-	-
Multas e penalidades	1.724	510
Correções de exercícios anteriores	435	93
Outros gastos não técnicos	4.466	8.534
Total	3.586	(2.467)

A rubrica de outros rendimentos/gastos não técnicos registaram em 2016 um montante de 3.586 Euros (-2.467 Euros em 2015), apresentando um incremento do saldo negativo face a 2015.

A rubrica que mais impacto teve em termos de rendimento foi a de "Correções de exercícios anteriores", (8.938 Euros face a 4.790 Euros em 2015). No que diz respeito aos gastos, a rubrica que apresenta um valor mais significativo são os "Outros Gastos não técnicos" (4.466 Euros face a 8.534 Euros em 2015).

Nota 15 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem decompunha-se em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como se segue:

Unidade: Euros		
	2016	2015
Numerário	827	342
Depósitos à ordem	920.060	784.586
Sub-Total	920.887	784.928
Depósitos a prazo imediatamente mobilizáveis	-	-
Total	920.887	784.928

Em depósitos à ordem estão refletidos, entre outros, os depósitos à ordem no Banco Popular Portugal, S.A. no montante de 678.500 Euros (735.338 Euros em 2015).

Nota 16 – Instrumentos Financeiros

16.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros da Empresa, em 31 de dezembro de 2016, está apresentada no Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Ativos disponíveis para venda	14.337.300	15.533.883
Empréstimos e contas a receber	-	-
Total participações e instrumentos financeiros	14.337.300	15.533.883

16.2. Análise das classes de ativos financeiros não valorizados a justo valor

O justo valor dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser analisado como segue:

	2016		2015	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	920.887	920.887	784.928	784.928
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	585.301	585.301	361.890	361.890
Total Ativos Financeiros	1.506.188	1.506.188	1.146.818	1.146.818

Tendo em conta que estes ativos são de curto prazo, com exceção dos empréstimos e contas a receber, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data de balanço.

16.3. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Empresa é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

Unidade: Euros

	2016			2015		
	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	662.185	258.702	920.887	305.148	479.780	784.928
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.091.399	2.245.901	14.337.300	10.518.300	5.015.583	15.533.883
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	2.565.399	2.565.399	-	2.179.348	2.179.348
Total	12.753.584	5.070.002	17.823.586	10.823.448	7.674.711	18.498.159

Nota 17 – Ativos disponíveis para venda

A rubrica ativos disponíveis para venda decompunha-se em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	13.988.024	14.810.071
De dívida pública	9.375.506	6.050.361
De outros emissores públicos	991.220	2.549.953
De outros emissores	3.621.299	6.209.757
Ações e outros títulos de rendimento variável	349.276	723.812
Total	14.337.300	15.533.883

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2016			
	Custo Amortizado* /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.044.742	(56.719)	-	13.988.024
De dívida pública	9.522.615	(147.110)	-	9.375.506
De outros emissores públicos	982.885	8.335	-	991.220
De outros emissores	3.539.242	82.057	-	3.621.299
Ações e outros títulos de rendimento variável	851.889	19.891	522.505	349.276
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	14.896.631	(36.827)	522.505	14.337.300

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Unidade: Euros				
2015				
Ativos disponíveis para venda	Custo Amortizado /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.833.805	(23.734)	-	14.810.071
De dívida pública	6.010.041	40.320	-	6.050.361
De outros emissores públicos	2.571.101	(21.148)	-	2.549.953
De outros emissores	6.252.662	(42.906)	-	6.209.757
Ações e outros títulos de rendimento variável	961.996	36.921	275.104	723.812
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	15.795.801	13.187	275.104	15.533.883

* Inclui o valor dos juros decorridos

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7, em 2016 e 2015:

Unidade: Euros				
2016				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	13.988.024	-	-	13.988.024
Títulos de rendimento variável	349.276	-	-	349.276
Total	14.337.300	-	-	14.337.300

Unidade: Euros				
2015				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	14.810.071	-	-	14.810.071
Títulos de rendimento variável	723.812	-	-	723.812
Total	15.533.883	-	-	15.533.883

Nota 18 – Outros ativos tangíveis

A rubrica Outros ativos tangíveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresenta saldo nulo.

Nota 19 – Outros ativos intangíveis

A rubrica Outros ativos intangíveis decompunha-se, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

	Unidade: Euros								
	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações/ Imparidade	Saldo final 2016	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço				Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade
Despesas com aplicações informáticas	65.740	100.245	-	-	-	59.959	899.807	793.780	106.027
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	65.740	100.245	-	-	-	59.959	899.807	793.780	106.027

	Unidade: Euros								
	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações/ Imparidade	Saldo final 2015	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço				Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade
Despesas com aplicações informáticas	60.062	81.918	-	-	-	76.240	799.562	733.821	65.740
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	60.062	81.918	-	-	-	76.240	799.562	733.821	65.740

A amortização do exercício do ativo intangível ascendeu ao montante de 59.959 Euros (76.240 Euros em 2015) o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Amortizações do exercício de ativos intangíveis		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	8.994	11.436
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	20.986	26.684
Gastos administrativos	27.881	35.451
Gastos financeiros		
Outros	2.099	2.668
Total	59.959	76.240

Nota 20 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

As rubricas de Provisões técnicas, líquidas de resseguro decompunham-se, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, como se segue:

Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3.722.671	1.293.343	2.429.328	3.464.143	1.234.046	2.230.098
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	3.162.619	454.891	2.707.728	2.465.809	455.785	2.010.024
De vida	-	-	-	-	-	-
De acidentes de trabalho	743.217	-	743.217	398.071	-	398.071
De outros	2.419.402	454.891	1.964.511	2.067.738	455.785	1.611.953
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	648.852	-	648.852	571.988	-	571.988
Provisão para riscos em curso	368.802	-	368.802	244.667	-	244.667
Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Total	7.902.944	1.748.234	6.154.710	6.746.607	1.689.831	5.056.776

20.1. Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos (PPNA), líquida de resseguro é analisada como segue:

Provisão para prémios não adquiridos	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	859.164	471.729	387.436	1.057.366	642.203	415.163
Incêndio e outros danos	1.376.809	667.239	709.569	1.187.378	441.932	745.446
Automóvel	1.299.195	-	1.299.195	1.055.390	-	1.055.390
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	35.296	15.846	19.449	41.187	18.470	22.717
Diversos	152.208	138.529	13.679	122.823	131.440	(8.617)
Total	3.722.671	1.293.343	2.429.328	3.464.143	1.234.045	2.230.098

Em relação à componente de seguro direto, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Provisão para prémios não adquiridos - Seguro Direto	2016			2015		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	1.063.903	(204.739)	859.164	1.310.745	(253.379)	1.057.366
Incêndio e outros danos	1.515.349	(138.541)	1.376.808	1.295.092	(107.714)	1.187.378
Automóvel	1.440.447	(141.252)	1.299.195	1.171.557	(116.167)	1.055.390
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	40.048	(4.752)	35.296	46.723	(5.536)	41.187
Diversos	168.275	(16.067)	152.208	135.972	(13.149)	122.823
Total	4.228.022	(505.351)	3.722.671	3.960.090	(495.946)	3.464.143

Em relação à componente de resseguro cedido, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Provisão para prémios não adquiridos - Resseguro Cedido	2016			2015		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	589.510	(117.781)	471.729	802.595	(160.392)	642.203
Incêndio e outros danos	846.372	(179.133)	667.239	557.793	(115.861)	441.932
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	19.808	(3.962)	15.846	23.088	(4.618)	18.470
Diversos	138.529	-	138.529	131.440	-	131.440
Total	1.594.219	(300.876)	1.293.343	1.514.917	(280.871)	1.234.045

20.2. Provisão para sinistros

A Provisão para sinistros, líquida de resseguro é analisada como segue:

Provisão para sinistros	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	961.924	48.661	913.264	584.511	97.161	487.350
Incêndio e outros danos	807.655	404.021	403.633	838.211	356.975	481.236
Automóvel	1.388.227	-	1.388.227	1.039.393	-	1.039.393
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	4.813	2.209	2.604	3.694	1.649	2.044
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	3.162.619	454.891	2.707.728	2.465.809	455.785	2.010.024

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes e Doença está incluído o montante de 324.238 Euros (113.522 Euros em 2015) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

O saldo da provisão para sinistros de seguro direto inclui uma provisão estimada no montante de 378.228 Euros (301.372 Euros em 2015) relativo a sinistros ocorridos ainda não reportados (IBNR).

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 44.351 Euros (22.263 Euros em 2015) relativo a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	2.465.809	1.340.397	951.580	(173.833)
Acidentes e Doença	584.511	283.265	304.312	3.066
Incêndio e Outros Danos	838.211	470.403	303.164	(64.645)
Automóvel	1.039.393	583.495	343.003	(112.895)
Responsabilidade Civil	798.287	413.857	271.710	(112.719)
Outras coberturas	241.107	169.638	71.293	(176)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.694	3.234	1.100	641
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	2.465.809	1.340.397	951.580	(173.833)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	2.288.440	1.139.774	846.189	(302.476)
Acidentes e Doença	835.227	316.703	196.813	(321.710)
Incêndio e Outros Danos	731.603	360.659	386.124	15.179
Automóvel	718.092	461.680	262.752	6.340
Responsabilidade Civil	505.280	257.839	260.693	13.252
Outras coberturas	212.811	203.841	2.058	(6.912)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.518	732	500	(2.286)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	2.288.440	1.139.774	846.189	(302.476)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

20.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A Provisão para desvios de sinistralidade, refletida no passivo, é analisada como segue:

Provisão para desvios de sinistralidade	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	648.852	-	648.852	571.988	-	571.988
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	648.852	-	648.852	571.988	-	571.988

20.4. Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso, refletida no passivo, é analisada como segue:

Provisão para riscos em curso	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.187	-	1.187	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	367.275	-	367.275	235.210	-	235.210
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	340	-	340	9.457	-	9.457
Total	368.802	-	368.802	244.667	-	244.667

20.5. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros verificando-se, nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

No que respeita aos prémios, importa referir que os mesmos estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela seguradora, tendo a sua determinação obedecido às regras estabelecidas nos n.º 3 e 4 do artigo 68º do decreto-lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, concluindo-se, para o exercício de 2016, pela adequação das tarifas e conseqüentemente dos prémios.

Relativamente às provisões, as mesmas são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considere o método de avaliação dos ativos que as represente. Para o exercício de 2016, as tarifas comercializadas revelam-se adequadas, assim como as provisões técnicas.

Os mapas demonstrativos da situação de representação das provisões técnicas a 31 de dezembro de 2016, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, evidenciam um total de provisões técnicas de 8.408.295 Euros (7.242.554 Euros em 2015) e um total de ativos a representar as referidas provisões de 12.753.584 Euros (10.823.448 Euros em 2015). As responsabilidades da Empresa encontravam-se cobertas a 31 de dezembro de 2016 em 151,68% (149,4% em 2015).

A representação da distribuição das provisões técnicas por carteira, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, era a seguinte:

	Unidade: Euros	
Provisões / Passivos Financeiros	2016	2015
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida e operações de capitalização excluindo as provisões e passivos financeiros relativos a seguros e operações ligados a fundos de investimento e os enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão matemática e Provisão para compromissos de taxa relativas a seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida enquadrados no regime de fundos de poupança excluindo os seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros ligados a fundos de investimento, enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados" apenas pelo facto de já se encontrarem em comercialização à data de divulgação da Norma n.º 13/2003-R (n.º 7 do artigo 10.º)	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisões Técnicas do seguro de Acidentes de Trabalho	802.554	459.755
Provisões Técnicas e passivos financeiros dos Ramos Não Vida, excluindo as relativas ao seguro de Acidentes de Trabalho	7.605.741	6.782.799
Total	8.408.295	7.242.554

Nota 21 – Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

21.1 Ativo e Ajustamentos

A rubrica Outros devedores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		
Contas a receber por operações de seguro direto	572.508	334.126
Tomadores de Seguros - Recibos por Cobrar	505.345	285.664
Reembolsos de Sinistros	66.446	48.010
Contas correntes de co-seguro	717	452
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	16.665
Resseguradores	-	16.665
Ressegurados	-	-
Contas a receber por outras operações	12.793	11.100
Total	585.301	361.890

A Empresa procedeu ao cálculo do ajustamento de recibos por cobrar de acordo com o definido na política contabilística 2.2. e), no entanto, não foi apurado qualquer montante a registar contabilisticamente.

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS) eram, em 31 de dezembro de 2016, no montante de 66.446 Euros (48.010 Euros em 2015).

21.2 Passivo

A rubrica Outros credores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	269.785	166.446
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	8.394	10.244
Tomadores de seguro (prémios recibos antecipadamente)	61.146	44.596
Mediadores de seguros	124.056	87.958
Contas correntes de co-seguro	66.652	23.648
Reembolsos de Sinistros	9.536	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	396.885	240.697
Resseguradores	396.885	240.697
Ressegurados	-	-
Contas a pagar por outras operações	48.420	41.207
Prestadores de Serviços	37.487	34.439
Comissões de Intermediação	-	-
Operações a Liquidar	-	-
Outros valores a pagar	10.933	6.768
Total	715.090	448.350

Nota 22 – Ativos e passivos por impostos

A Empresa está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

As declarações de autoliquidação da Empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2016 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (21% em 2015), aplicável à matéria coletável da Empresa. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascendeu a 1,5% (1,5% em 2015).

22.1. Decomposição de ativos e passivos por impostos

As rubricas Ativos e Passivos por Impostos, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Ativos por Impostos		
Ativos por impostos correntes	-	-
Imposto sobre rendimento	-	-
Ativos por impostos diferidos	125.838	61.887
Total	125.838	61.887
Passivos por Impostos		
Passivos por impostos correntes	286.098	265.948
Imposto sobre o rendimento	53.835	91.645
Retenção de imposto na fonte	5.816	3.913
Imposto de selo	101.711	84.595
Outros impostos e taxas	124.736	85.795
Passivos por impostos diferidos	-	2.967
Total	286.098	268.915

Na rubrica Imposto sobre o rendimento (passivo) encontra-se a deduzir ao valor do apuramento do IRC do ano corrente 259.875 Euros (232.573 Euros em 2015) e o montante referente aos pagamentos por conta de 206.040 Euros (140.928 Euros em 2015).

Os movimentos relevantes de ativos e passivos por impostos diferidos encontram-se descritos abaixo.

22.2. Decomposição dos principais componentes de gasto de impostos

Os principais componentes de gastos de impostos foram os seguintes:

(a) Em 31 de dezembro de 2016 estimou-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 260.620 Euros (234.090 Euros em 2015) e um imposto diferido (variação) no montante de -55.665 Euros (-16.243 Euros em 2015).

(b) Anexa-se o quadro ilustrativo com o efeito dos impostos diferidos nas rubricas de ativo, passivo, capital próprio e resultados:

	Saldo de Balanço em 2015	Movimento do período		Unidade: Euros
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	Saldo de Balanço em 2016
Ativos por impostos diferidos	61.886	(55.665)	(8.286)	125.838
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(8.286)	8.286
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	61.886	(55.665)	-	117.552
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	2.967	-	2.967	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.967	-	2.967	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos	58.919	(55.665)	(11.253)	125.838

	Saldo de Balanço em 2014	Movimento do período		Unidade: Euros
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	Saldo de Balanço em 2015
Ativos por impostos diferidos	45.643	(16.243)	-	61.886
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	45.643	(16.243)	-	61.886
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	67.721	-	64.754	2.967
Ativos financeiros disponíveis para venda	67.721	-	64.754	2.967
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos	(22.078)	(16.243)	(64.754)	58.919

O ativo por impostos diferidos, no valor de 117.552 Euros (61.886 Euros em 2015), corresponde ao efeito fiscal sobre as perdas por imparidade de ativos financeiros, no montante de 522.505 Euros (274.104 Euros em 2015). O ativo por impostos diferidos, no montante de 8.286 Euros (passivo: 2.967 Euros em 2015), corresponde ao efeito fiscal sobre a desvalorização dos ativos disponíveis para venda no montante de 36.827 Euros (valorização: 13.186 Euros em 2015).

22.3. Explicitação do relacionamento entre o gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa efetiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

		Unidade: Euros	
Reconciliação da taxa efetiva de imposto		2016	2015
Resultado antes de Imposto		908.839	967.552
Taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama)	22,5% (2015: 22,5%)	204.489	217.699
Custo do IRC		204.955	217.846
Imposto corrente		260.620	234.090
Imposto diferido		(55.665)	(16.243)
Diferença entre taxa nominal e efetiva		(466)	(147)
Taxa efetiva		22,55%	22,52%
Ajustamentos fiscais no exercício		466	147
Correções de impostos de exercícios anteriores		98	21
Outros		368	126
Crédito fiscal extraordinário ao investimento		-	-
Alteração de estimativa em impostos diferidos		-	-
Total de diferenças no exercício		466	147

22.4. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados no capital próprio

A reserva por impostos diferidos está relacionada com a Reserva de Reavaliação associada aos ativos disponíveis para venda, registada em Capital Próprio cujo valor, a 31 de dezembro de 2016, ascendia a menos 36.827 Euros (13.186 Euros em 2015).

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio (variação do ano):

		Unidade: Euros	
		2016	2015
Saldo inicial		(2.967)	(67.721)
Imposto corrente		-	-
Imposto diferido		11.253	64.754
Imposto sobre prejuízo fiscal apurado		-	-
Var. Res. de Reavaliação de carteiras de seguro não-vida e não afetas		11.253	64.754
Saldo final		8.286	(2.967)

Nota 23 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos no passivo, a 31 de dezembro de 2016, apresenta um valor de 185.353 Euros (138.594 Euros em 2015). Deste valor, 35.316 Euros (35.871 Euros em 2015) respeitam aos honorários dos Órgãos Sociais, 11.037 Euros (19.116 Euros em 2015) a serviços de Consultoria e Auditoria e 119.486 Euros (72.121 Euros em 2015) a comissões variáveis devidas a mediadores.

Nota 24 – Outros passivos financeiros

A rubrica Outros Passivos Financeiros – Depósitos recebidos de resseguradores, a 31 de dezembro de 2016, apresenta um valor de 269.296 Euros (375.773 Euros em 2015) referente a Depósitos recebidos de resseguradores. Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Nota 25 – Capital Próprio

25.1. Capital

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e à desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação, assim como perdas inesperadas não representadas pelas provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da **POPULAR SEGUROS**, era integralmente detido pela EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, S. A. e encontrava-se representado por 1.500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estavam, naquela data, inteiramente pagas.

A composição do Capital Social e os seus detentores para os anos de 2016 e 2015 foi como segue:

	2016			2015		
	Nº de ações	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%
Total	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Empresa.

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário	703.884	749.706
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.500.000	1.500.000
Resultado por Ação básico	0,469	0,500

Foram distribuídos dividendos em 2016 relativamente aos exercícios anteriores, no montante de 2.720.239 Euros, não estando previsto, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, distribuição de dividendos em 2017 relativamente ao exercício de 2016.

25.2. Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas de reavaliação decompunham-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2016			
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Varição do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.896.631	522.505	(559.332)	(36.827)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.044.742	-	(56.719)	(56.719)
De dívida pública	9.522.615	-	(147.110)	(147.110)
De outros emissores públicos	982.885	-	8.335	8.335
De outros emissores	3.539.242	-	82.057	82.057
Ações e outros títulos de rendimento variável	851.889	522.505	(502.613)	19.891
Total	14.896.631	522.505	(559.332)	(36.827)

* Inclui o valor dos juros decorridos

** Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

	Unidade: Euros			
	2015			
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Varição do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.795.801	275.104	(261.917)	13.187
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.833.805	-	(23.734)	(23.734)
De dívida pública	6.010.041	-	40.320	40.320
De outros emissores públicos	2.571.101	-	(21.148)	(21.148)
De outros emissores	6.252.662	-	(42.906)	(42.906)
Ações e outros títulos de rendimento variável	961.996	275.104	(238.183)	36.921
Total	15.795.801	275.104	(261.917)	13.187

* Inclui o valor dos juros decorridos

** Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

A movimentação da reserva de reavaliação durante os exercícios de 2016 e 2015 foi como segue:

Unidade: Euros

	Saldo em 2015	Movimento do período			Saldo em 2016
		Imparidade	Varição do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.186	247.401	(297.414)	-	(36.827)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(23.734)	-	(32.985)	-	(56.719)
De dívida pública	40.320	-	(187.430)	-	(147.110)
De outros emissores públicos	(21.148)	-	29.483	-	8.335
De outros emissores	(42.906)	-	124.962	-	82.057
Ações e outros títulos de rendimento variável	36.920	247.401	(264.430)	-	19.891
Total de reservas de reavaliação	13.186	247.401	(297.414)	-	(36.827)

Unidade: Euros

	Saldo em 2014	Movimento do período			Saldo em 2015
		Imparidade	Varição do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	300.981	72.193	(359.987)	-	13.186
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	285.324	-	(309.058)	-	(23.734)
De dívida pública	107.796	-	(67.476)	-	40.320
De outros emissores públicos	(3.463)	-	(17.685)	-	(21.148)
De outros emissores	180.992	-	(223.898)	-	(42.906)
Ações e outros títulos de rendimento variável	15.656	72.193	(50.929)	-	36.920
Total de reservas de reavaliação	300.981	72.193	(359.987)	-	13.186

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os movimentos ocorridos na reserva de impostos estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Outras Reservas

Nesta rubrica, a Empresa tem registado a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas decompunham-se como segue:

Unidade: Euros		
Reservas	2016	2015
Outras reservas		
Reserva Legal	289.462	214.491
Reservas Livres	-	-
Total	289.462	214.491

A descrição dos movimentos ocorridos nas reservas dentro do capital próprio encontra-se expressa na Demonstração de Variação de Capitais Próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras.

25.3. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica não reflete qualquer valor, uma vez que por decisão dos acionistas, foram distribuídos dividendos no montante de 2.720.239 Euros. Os movimentos ocorridos nos resultados transitados estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Nota 26 – Transações com partes relacionadas

26.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Empresa

A empresa mãe do topo do Grupo é o Banco Popular Español, S.A. sendo a empresa-mãe da Popular Seguros a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Os acionistas, com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Empresa	Percentagem 2016	Percentagem 2015
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100%	100%

26.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe, filiais e partes relacionadas

Os saldos e transações, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, entre as empresas do Grupo, associadas e partes relacionadas resumem-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2016			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Banco Popular Portugal, S.A.				
Depósito à ordem	678.500	-	-	-
Juros DP	-	-	-	109
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	607.764	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	70.698	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	8.584	-
Comissões - Outros serviços	-	-	11.160	-
Total	678.500	-	740.869	109
Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	230.125	-
Total	-	-	230.125	-
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Total	-	-	-	-
Unidade: Euros				
2015				
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Banco Popular Portugal, S.A.				
Depósito à ordem	735.338	-	-	-
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	578.101	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	64.191	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	6.439	-
Comissões - Outros serviços	-	-	9.573	-
Total	735.338	-	700.967	-
Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	252.877	-
Total	-	-	252.877	-
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Total	-	-	-	-

Nota 27 – Gestão de riscos

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à atividade e ao nível de complexidade da Empresa, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objetivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Empresa se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas.

Para assegurar a mitigação ou controlo dos riscos, a Empresa tem definidas as funções de Atuariado, Compliance, Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

Atuariado

A função de atuariado tem como missão a otimização dos limites de retenção de riscos, através de planos de resseguro e a obtenção de reservas adequadas, ajudando a definir a forma de investimento dos recursos que dão cobertura a essas reservas.

A Função de Atuariado tem como responsabilidades:

- Coordenar o cálculo das responsabilidades;
- Desenvolvimento dos produtos e de seus respetivos preços e critérios de subscrição.
- Assegurar, através de estudos adequados, que os métodos e os pressupostos de cálculo utilizados na avaliação das responsabilidades são adequados;
- Avaliar a suficiência e a qualidade da informação utilizada;
- Informar a Administração da adequação do cálculo das responsabilidades;
- Expressar uma opinião sobre a gestão dos riscos específicos;
- Contribuir para uma efetiva implementação do sistema de gestão de riscos.

Compliance

O *Compliance* tem como principal objetivo promover uma cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares na empresa, com vista a minimizar o risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras ou de reputação.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Identificar as necessidades de compliance da empresa e implementar e manter um sistema que permita avaliar o risco de incumprimento;
- Garantir a ligação com as entidades de supervisão, no âmbito da receção e análise de requisitos de Compliance.
- Assegurar a elaboração, manutenção e divulgação do manual de Compliance.

Controlo interno

O principal objetivo do Sistema de Controlo Interno é o de promover uma cultura orientada para o Controlo Interno, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e da eficiência das práticas, conduzindo ao reconhecimento de valor por parte da empresa.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de controlo interno e assegurar a implementação de procedimentos eficazes e adequados, aplicáveis em toda a estrutura organizacional, em linha com as orientações definidas e enquadrados nas atividades diárias da Empresa de Seguros;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento das políticas e procedimentos de controlo, avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado e possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir, aprovar e rever os requisitos de periodicidade e conteúdo do reporte interno relativo à eficácia e adequação do sistema de controlo interno implementado, por forma a possibilitar a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos e a facilitar a melhoria do próprio sistema.

Gestão de riscos

A Gestão de Risco tem como principal objetivo garantir que é efetuada a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos a que a empresa de seguro se encontra exposta e assegurar a existência dos mecanismos necessários para a sua monitorização e controlo.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de aceitação e gestão dos riscos a que as empresas de seguros estão expostas, através da implementação de procedimentos eficazes e adequados;
- Desenvolver e implementar a metodologia de determinação do nível de capital adequado aos riscos e da sua afetação às áreas de negócio/risco;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos e avaliar a sua eficácia e contínua adequação à atividade das empresas de seguros, no sentido de possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir e rever procedimentos de reporte, periódico e extraordinário, no sentido de ser disponibilizada, aos intervenientes e funções apropriadas, informação sobre a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco.

Uma Empresa de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave, que uma Seguradora está exposta, corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

A Empresa considera fundamental a manutenção de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta.

A Empresa identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** Deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos e resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de

câmbio ou preços de *commodities* (ex: crude). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;

- **Risco específico de Seguro:** As Empresas de Seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro;

- **Risco de Liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;

- **Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio;

- **Risco de Reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;

- **Risco Estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

27.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente, presente na carteira de investimentos. No entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito da Empresa apresenta a seguinte composição:

	Unidade: Euros	
Valor contabilístico líquido	2016	2015
Depósitos à ordem	920.887	784.928
Ativos disponíveis para venda	14.337.300	15.533.883
Outros devedores	585.301	361.890
Exposição máxima ao risco de crédito	15.843.488	16.680.701

A gestão do risco de crédito na Popular Seguros, associada à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito, por tipo de carteira de seguros, permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da Empresa.

Risco de concentração por classe de ativos

A desagregação da carteira da Popular Seguros, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser vista como segue:

Investimentos	2016		2015		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 16/15
Depósitos à ordem	920.887	6%	784.928	5%	17%
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Operações a liquidar	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	13.988.024	92%	14.810.071	91%	-6%
Partes de capital em filiais e associadas	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	349.276	2%	723.812	4%	-52%
Derivados detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-	-
Total	15.258.187	100%	16.318.811	100%	-6%

A carteira apresenta a maior exposição aos títulos de rendimento fixo com 92% (91% em 2015), seguido do mercado monetário 6% (5% em 2015) e de fundos de investimento com 2% (4% em 2015).

Comparativamente com o ano anterior verificou-se um aumento de exposição na classe de rendimento fixo (+1 p.p.) e depósitos à ordem (+1 p.p.) por contrapartida da redução na classe de ativos fundos de investimento (-2 p.p.).

Risco de concentração por emitente

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhamento dos *outlook*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

Em relação à exposição ao risco de crédito dos títulos de rendimento fixo (92%), a carteira de investimentos da Empresa apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2015 (alocação)	Peso da Carteira 2016
AAA	6,1%	6,1%	-12,4 p.p.	5,6%
AA	8,3%	14,4%	-14,5 p.p.	7,6%
A	14,2%	28,6%	-2,8 p.p.	13,0%
BBB	24,9%	53,5%	-11,1 p.p.	22,7%
BB	45,8%	99,2%	40,8 p.p.	41,8%
Outros*	0,8%	100,0%	0,1 p.p.	0,7%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2014 (alocação)	Peso da Carteira 2015
AAA	18,5%	18,5%	0,1 p.p.	16,8%
AA	22,8%	41,3%	-0,7 p.p.	20,7%
A	17,0%	58,4%	-3,5 p.p.	15,4%
BBB	36,0%	94,3%	2,5 p.p.	32,6%
BB	5,0%	99,3%	2,3 p.p.	4,5%
Outros*	0,7%	100,0%	-0,8 p.p.	0,6%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

No ano de 2016, o rating BB aumentou o seu peso na carteira, devido ao aumento de exposição à dívida pública Portuguesa. A carteira de rendimento fixo é maioritariamente de nível investment grade (53,5%).

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de investimentos da Empresa apresenta a seguinte composição em termos de maturidade (anos):

Rating / Maturidade						Unidade: Euros	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Activos disponíveis para venda							
AAA	3,9%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	5,6%	850.757
AA	0,7%	4,2%	2,0%	0,7%	0,0%	7,6%	1.160.746
A	0,7%	4,1%	2,1%	6,1%	0,0%	13,0%	1.989.954
BBB	10,5%	2,7%	1,3%	8,1%	0,0%	22,7%	3.479.620
< =BB	4,4%	12,3%	10,1%	15,0%	0,0%	41,8%	6.400.126
Unrated (NR)	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	106.820
Contas a receber *							
AAA	-	-	-	-	-	-	-
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	-	-	-	-
BBB	-	-	-	-	-	-	-
< =BB	-	-	-	-	-	-	-
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	-	-
Total (em %)	21,0%	23,4%	15,6%	31,5%	0,0%	91,4%	
Total (em valor)							13.988.024

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2015	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Activos disponíveis para venda							
AAA	1,9%	1,5%	2,1%	11,2%	-	16,8%	2.740.401
AA	3,2%	3,7%	3,9%	9,9%	-	20,7%	3.380.742
A	4,6%	2,6%	7,6%	-	0,6%	15,4%	2.523.555
BBB	6,8%	4,3%	9,3%	10,8%	1,3%	32,6%	5.327.524
< =BB	0,9%	-	1,8%	1,8%	-	4,5%	735.802
Unrated (NR)	-	0,6%	-	-	-	0,6%	102.047
Contas a receber *							
AAA	-	-	-	-	-	-	-
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	-	-	-	-
BBB	-	-	-	-	-	-	-
< =BB	-	-	-	-	-	-	-
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	-	-
Total (em %)	17,4%	12,8%	24,7%	33,7%	1,9%	90,5%	
Total (em valor)							14.810.071

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Risco de concentração por risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica os títulos de rendimento fixo da carteira de investimentos da Empresa apresentam as seguintes exposições, em relação à carteira total, a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Zona Geográfica	Peso em Carteira 2016	Peso em Carteira 2015	Varição
Portugal	50,5%	10,7%	39,8 p.p.
Espanha	19,0%	26,4%	-7,4 p.p.
Alemanha	6,0%	10,3%	-4,3 p.p.
Irlanda	5,4%	1,9%	3,6 p.p.
Estados Unidos da América	3,4%	2,5%	0,9 p.p.
Itália	3,4%	6,1%	-2,6 p.p.
Países Baixos	2,1%	5,2%	-3,1 p.p.
União Europeia*	1,6%	1,7%	-0,1 p.p.
Suécia	1,6%	1,5%	0,1 p.p.
França	1,3%	9,8%	-8,4 p.p.
República Checa	0,7%	1,3%	-0,6 p.p.
Austrália	0,7%	1,2%	-0,5 p.p.
Polónia	0,7%	1,3%	-0,6 p.p.
Canadá	0,7%	1,3%	-0,6 p.p.
Reino Unido	0,7%	6,8%	-6,1 p.p.
Bélgica	0,0%	2,8%	-2,8 p.p.
Suíça	0,0%	2,4%	-2,4 p.p.
Finlândia	0,0%	1,7%	-1,7 p.p.
Brasil	0,0%	0,9%	-0,9 p.p.

* União Europeia é equivalente a Supra Nacional

Durante o ano de 2016, manteve-se a exposição maioritariamente a Portugal e Espanha com um reforço da exposição a Portugal (39,8 p.p.) e redução mais significativa a Espanha e França (-7,4 p.p. e -8,4 p.p., respetivamente).

Risco de concentração por setor

A carteira apresenta uma maior exposição ao setor governamental (64,9%), reforçando a exposição durante o ano de 2016 (16,9 p.p.). O setor financeiro mantém-se segundo mais representativo da carteira (14,3%), com uma redução significativa face a 2015 (-8.8 p.p.):

Setor	Peso em Carteira 2016	Peso em Carteira 2015	Variação
GOVERNMENT	64,9%	48,0%	16,9 p.p.
FINANCIAL	14,3%	23,1%	-8,8 p.p.
UTILITIES	4,6%	6,1%	-1,5 p.p.
CONSUMER, NON-CYCLICAL	2,7%	3,1%	-0,4 p.p.
INDUSTRIAL	2,3%	3,8%	-1,5 p.p.
BASIC MATERIALS	1,4%	0,6%	0,7 p.p.
TECHNOLOGY	0,7%	1,2%	-0,5 p.p.
COMMUNICATIONS	0,7%	2,1%	-1,4 p.p.
ENERGY	0,0%	1,2%	-1,2 p.p.
CONSUMER, CYCLICAL	0,0%	1,2%	-1,2 p.p.
Total	91,4%	90,5%	

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo temos a seguinte decomposição em 2016:

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Popular Seguros (%)
Senior	2.191.984	100,0%	19,3%
Others	-	0,0%	0,0%
Total	2.191.984	100,0%	19,3%

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo temos a seguinte decomposição em 2015:

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Popular Seguros (%)
Senior	3.784.620	100,0%	23,1%
Others	-	-	-
Total	3.784.620	100,0%	23,1%

Política de utilização de derivados

A utilização de produtos derivados como forma de mitigação dos riscos associados, encontra-se de acordo com o legalmente estabelecido pela entidade de supervisão, bem como, explicitada em normativo interno. Em linhas gerais, este normativo estabelece os tipos de operações e contratos permitidos, os mercados autorizados e o processo de aprovação das referidas operações. Os derivados a serem adquiridos, de acordo com o normativo interno, têm como objetivo apenas a realização de operações de cobertura de risco, de forma a permitir uma gestão eficaz da carteira. Mensalmente monitoriza-se o risco de crédito da emissão, do emitente e o risco de crédito da contraparte.

A 31 de dezembro de 2016 a Popular Seguros não tem produtos derivados em carteira.

27.2. Risco de mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

Mensalmente são feitos testes de sensibilidade/variação às taxas de juro e aos preços de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa.

Quanto à variação das taxas de juro o seu impacto é o referido no ponto Risco de Taxa de Juro. Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, é feita a análise de sensibilidade mensal e os seus efeitos são os seguintes a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Variação	Variação Estimada 2016		Variação Estimada 2015	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
Componente FII				
-10,0%	-0,2%	-28.568	-0,3%	-56.128
-20,0%	-0,4%	-57.137	-0,7%	-112.256
Componente FIM/ Ações				
-10,0%	0,0%	-6.359	-0,1%	-16.253
-20,0%	-0,1%	-12.719	-0,2%	-32.506

Em caso de uma eventual queda do mercado imobiliário em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento imobiliário poderá desvalorizar em 28.568 Euros em 2016 (56.128 Euros em 2015).

No caso de uma eventual queda do mercado em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento mobiliário poderá desvalorizar até 6.359 Euros (16.253 Euros em 2015).

Risco de Taxa de Juro

As operações da Empresa encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos são os seguintes:

Variação taxa juro (Em ponto base)	Variação Estimada 2016		Variação Estimada 2015	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-12,8%	-1.964.495	-15,1%	-2.473.062
200	-8,6%	-1.309.663	-10,1%	-1.648.708
100	-4,3%	-654.832	-5,0%	-824.354
-100	4,3%	654.832	5,0%	824.354
-200	8,6%	1.309.663	10,1%	1.648.708
-300	12,8%	1.964.495	15,1%	2.473.062

Unidade: Euros

Mensalmente são monitorizadas as variações ao preço e ao valor da carteira de obrigações, em caso de variações de taxa de juro, num intervalo de valores situados entre [-3%, 3%].

27.3. Riscos específicos de seguros

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

Risco de Desenho dos Produtos

Risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

Risco de Prémios

Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

Risco de Subscrição

Risco de exposição a perdas financeiras e/ou técnicas relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

Risco de Provisionamento

Risco das provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

Risco de Sinistralidade

Risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

Risco de Retenção

Risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Risco Catastrófico

Resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

De referir que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Políticas Internas adequadas às necessidades e complexidade do negócio;
- Reconciliações e conferências contabilísticas;
- Monitorização de níveis de serviço.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado. Há também uma política de gestão de sinistros, baseada na análise dos elementos indispensáveis de avaliação dos sinistros que estão definidos contratualmente.

A Popular Seguros, em termos de resseguro, pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro, em 2016, é constituído por tratados proporcionais – Quota-parte e Excedente e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro 2016
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho ⁽¹⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais ⁽²⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel ⁽¹⁾	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

Ramo	Tipo de Resseguro 2015
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho ⁽¹⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais ⁽²⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel ⁽¹⁾	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

O quadro da exposição da Popular Seguros em termos resseguro, para a ano de 2016 e 2015, resume-se como segue:

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2016	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*)
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multiriscos Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
Europ Assistance- Comp ^a Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho	Proporcional	100%	A-
	Acidentes Pessoais			
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial)	Multiriscos Habitação Automóvel	Proporcional	100%	A-
	Multiriscos Comércio			
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Proteção Pagamentos	Proporcional	100%	AA-
	Incêndio	Proporcional	50%	
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio	Proporcional	40%	
	Responsabilidade Civil			
	Incêndio	Não Proporcional	50%	
Multiriscos Habitação				
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Multiriscos Comércio	Não Proporcional	20%	A-
	Multiriscos Habitação			
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho			
	Automóvel	Não Proporcional	50%	
	Responsabilidade Civil			
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Multiriscos Habitação	Proporcional	15%	AA-
	Multiriscos Comércio			
	Incêndio	Não Proporcional	20%	
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio	Facultativo Proporcional	-	
	Multiriscos Habitação			
R+V Versicherung AG	Incêndio	Proporcional	10%	AA-
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio			
Mapfre Re, Compania de Reaseguros S.A.	Multiriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	A
	Chubb			
QBE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A
	Acidentes Pessoais			
RGA International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Acidentes Pessoais			
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
	Multiriscos Habitação			
AXIS Speciality Europe	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
ACE European Group Ltd	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA
SECURA RE (Member of QBE Insurance Group)	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A-

(*) 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.

Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2015	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*)
ACE European Group Ltd	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multiriscos Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
AXIS Speciality Europe	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
Europ Assistance- Comp ^a Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho	Proporcional	100%	A-
	Acidentes Pessoais			
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial)	Multiriscos Habitação Automóvel	Proporcional	100%	A-
	Multiriscos Comércio			
Hannover RE	Proteção Pagamentos	Proporcional	100%	A-
Mapfre Re, Compania de Reaseguros S.A.	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
	Multiriscos Habitação			
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Incêndio	Proporcional	60%	AA-
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio			
Mutua de Proprietarios Seguros e Reaseguros (España)	Automóvel	Proporcional	100%	NR
	Multiriscos Habitação (Produto Popular Arrendamento)			
	Multiriscos Comércio			
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Incêndio	Proporcional	25%	A-
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio	Não Proporcional	20%	
	Automóvel			
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho			
Responsabilidade Civil	Proporcional	60%		
RGA International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Acidentes Pessoais			
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Incêndio	Proporcional	15%	A+
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio	Proporcional	40%	
	Responsabilidade Civil			
SECURA RE (Member of QBE Insurance Group)	Incêndio	Não Proporcional	20%	A-
	Multiriscos Habitação			
	Multiriscos Comércio	Não Proporcional	40%	
	Acidentes de Trabalho			
Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%		
Acidentes Pessoais				
Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	-	A-

(*) 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.

Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

No quadro abaixo, está o indicador com informação sobre o peso dos prémios de resseguro cedido no conjunto dos prémios brutos emitidos de seguro direto, para os anos de 2016 e 2015:

	Unidade: Euros	
	2016	2015
Prémios brutos emitidos de Seguro Direto	10.012.318	8.371.557
Prémios de Resseguro Cedido	3.729.246	3.214.275
Taxa de Cedência de prémios	37,2%	38,4%

A análise de sensibilidade dos riscos de seguros, tendo em atenção as principais condicionantes, é como segue, a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Unidade: Euros	
	Impacto nos Resultados antes de Impostos	
	2016	2015
Custos com sinistros		
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(230.178)	(167.839)
Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(460.356)	(335.678)
Despesas		
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(94.908)	(101.462)
Aumento de 15% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(142.362)	(152.194)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de risco, inflação ou menor eficiência interna.

27.4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

A Empresa, durante o ano de 2016, continuou a monitorizar de forma regular os critérios de liquidez implementados nos anos anteriores para os seus títulos de dívida classificados em Empréstimos e contas a receber.

27.5. Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Empresa.

Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*. Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Empresa assenta no modelo das três linhas de defesa: a um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direções e Gabinetes que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respetivos controlos; um segundo nível, representado pelas áreas de Controlo de Gestão, Gestão de Risco e Atuariado e Compliance, Legal e Controlo Interno, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance; e um terceiro nível, representado pela área de Auditoria Interna que detém uma função de auditoria interna independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Adicionalmente, a Empresa apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório trimestral de reclamações no âmbito da gestão da carteira. Existe igualmente um plano formal de continuidade de negócio e um plano de *Disaster Recovery*.

Nota 28 – Solvência

A Popular Seguros com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2016, do regime de Solvência II tem assegurado o cumprimento dos requisitos do novo regime, tanto a nível quantitativo, antecipando um rácio de solvência acima do nível exigido, como a nível qualitativo, implementando um conjunto de políticas que garantem o cumprimento das exigências de Solvência II.

Neste novo regime destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

A avaliação tendo por base os princípios económicos irá traduzir-se numa maior volatilidade dos requisitos de capital.

Durante o ano de 2016, a Empresa apresentou sempre rácios de solvabilidade acima da média de mercado e a divulgação do rácio de solvência II a 31 de dezembro de 2016 será efetuada no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira a publicar em maio de 2017.

O objetivo da Popular Seguros é o de encontrar-se bem capitalizada, mesmo depois de movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

Nota 29 – Compromissos

Em 31 de dezembro de 2016 o total de garantias bancárias prestadas era de 598.557 Euros (2015: 598.557 Euros). Aquele montante refere-se a um única garantia que foi necessário prestar ao Gabinete Português de Carta Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de Associada, nomeadamente, no que respeita ao artigo 26.º A. Ponto 1.

Nota 30 – Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, o Administrador Tomás Pereira Pena renunciou às funções que desempenhava no Conselho de Administração, com produção de efeitos no dia 28 de Fevereiro de 2017.

OUTROS ANEXOS
2016

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Unidade: Euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
2. Outros							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.1.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimentos							
Maxirent Fundo De Investimento	16.740			9,58	160.369	10,02	167.748
Vision Escritorios Fundo	22.580			3,32	74.950	3,78	85.314
Sub-Total	39.320				235.319		253.062
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Obrigacoes Do Tesouro 2,2 17-10-2022		1.000.000	98,71%		988.358	99,16%	991.571
Obrigacoes Do Tesouro 2,875 15-10-2025		290.000	94,87%		312.165	95,48%	276.882
Obrigacoes Do Tesouro 2,875 21-07-2026		1.500.000	92,97%		1.481.488	94,25%	1.413.734
Obrigacoes Do Tesouro 3,85 15-04-2021		1.000.000	108,08%		1.082.161	110,82%	1.108.225
Obrigacoes Do Tesouro 4,75 14-06-2019		600.000	110,03%		656.901	112,63%	675.766
Obrigacoes Do Tesouro 4,8 15-06-2020		679.000	111,59%		758.562	114,20%	775.431
Obrigacoes Do Tesouro 4,95 25-10-2023		500.000	111,36%		569.445	112,26%	561.318
Obrigacoes Do Tesouro 5,65 15-02-2024		500.000	114,50%		587.522	119,44%	597.199
Sub-Total		6.069.000			6.436.602		6.400.126
2.1.2.3. De Outros Emissores							
Galp Gas Natural Distrib 1,375 19-09-2023		100.000	98,91%		99.365	99,30%	99.298
Sub-Total		100.000			99.365		99.298
Total	39.320	6.169.000			6.771.286		6.752.486
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	81.553			,41	33.563	,40	32.621
Lyxor Ucits Etf Daily Double Short 10Y US Treasury	797			77,09	61.444	79,79	63.593
Sub-Total	82.350				95.007		96.214
2.2.2. Títulos de Dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Bonos Y Oblig Del Estado 2,15 31-10-2025		300.000	107,40%		329.279	107,75%	323.263
Buoni Poliennali Del Tes 2,5 01-12-2024		300.000	107,69%		335.858	107,90%	323.686
German Treasury Bill 0 22-02-2017		500.000	100,12%		500.804	100,12%	500.615
Irish Tsy 1% 2026 1 15-05-2026		200.000	102,25%		197.259	102,88%	205.750
Irish Tsy 3.4% 2024 3,4 18-03-2024		500.000	121,69%		599.331	124,37%	621.835
Spain Letras Del Tesoro 0 20-01-2017		1.000.000	100,02%		1.000.333	100,02%	1.000.230
Sub-Total		2.800.000			2.962.863		2.975.379

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
2.2.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Adif Alta Velocidad 3,5 27-05-2024		200.000	116,65%		228.955	118,74%	237.476
Cassa Depositi Prestiti 1 26-01-2018		200.000	100,93%		200.005	101,86%	203.716
Dexia Credit Local 0,25 19-03-2020		200.000	100,82%		199.796	101,02%	202.033
European Investment Bank 0,125 15-04-2025		250.000	98,83%		247.795	98,92%	247.308
Institut Credito Oficial 0,5 15-12-2017		100.000	100,67%		99.943	100,69%	100.687
Sub-Total		950.000			976.493		991.220
2.2.2.3. De Outros Emissores							
Acciona S.A. 4,625 22-07-2019		100.000	104,77%		99.904	106,82%	106.820
Achmea Bank Nv 1,125 25-04-2022		100.000	102,36%		96.638	103,13%	103.135
Achmea Hypotheekbank Nv 2,75 18-02-2021		100.000	109,66%		107.996	112,04%	112.038
Allianz Finance Ii B.V. 1,375 13-03-2018		100.000	101,86%		99.978	102,97%	102.967
Banco Bilbao Vizcaya Arg 0,625 18-03-2023		200.000	100,81%		198.721	101,31%	202.610
Banco De Sabadell Sa 0,625 03-11-2020		200.000	101,40%		199.276	101,50%	202.997
Banco Santander Sa 1,125 27-11-2024		100.000	102,80%		102.185	102,90%	102.904
Bankinter Sa 1 05-02-2025		100.000	101,38%		100.471	102,28%	102.278
Covestro Ag 1 07-10-2021		200.000	102,74%		199.308	103,55%	207.098
Dvb Bank Se 1,25 22-04-2020		100.000	102,16%		99.781	103,03%	103.028
Ibm Corp 1,25 26-05-2023		100.000	104,87%		99.845	105,62%	105.617
Mapfre Sa 1,625 19-05-2026		200.000	99,83%		199.373	100,83%	201.664
Merck & Co Inc 1,125 15-10-2021		200.000	104,34%		201.799	104,57%	209.145
Mylan Nv Tx Var 22-11-2018		200.000	100,78%		200.021	100,84%	201.685
Net4Gas Sro 2,5 28-07-2021		100.000	107,18%		99.686	108,25%	108.247
Nn Group Nv 1 18-03-2022		100.000	101,83%		99.831	102,62%	102.622
Origin Energy Finance 2,875 11-10-2019		100.000	106,90%		101.201	107,54%	107.541
Pko Fin Ab (Pko Bank Pl) 2,324 23-01-2019		100.000	103,26%		100.018	105,44%	105.440
Red Electrica Finance Bv 3,875 25-01-2022		100.000	117,26%		112.522	120,87%	120.868
Ren Finance Bv 1,75 01-06-2023		100.000	102,15%		99.600	103,18%	103.175
Ren Finance Bv 2,5 12-02-2025		150.000	104,20%		158.544	106,41%	159.608
Royal Bank Of Canada 1,25 29-10-2018		100.000	102,62%		99.985	102,83%	102.835
Santan Consumer Finance 1 26-05-2021		200.000	101,31%		200.220	101,91%	203.816
Svenska Handelsbanken Ab 4,375 20-10-2021		200.000	119,95%		233.666	120,81%	241.618
Vodafone Group Plc 0,875 17-11-2020		100.000	102,14%		99.683	102,25%	102.245
Sub-Total		3.350.000			3.410.257		3.522.001
Sub-Total		7.100.000			7.349.613		7.488.600
Total	82.350	7.100.000			7.444.620		7.584.813
3. Total Geral	121.670	13.269.000			14.215.906		14.337.300

* Inclui o valor dos juros decorridos

Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	2.465.809	1.340.397	951.580	(173.833)
Acidentes e Doença	584.511	283.265	304.312	3.066
Incêndio e Outros Danos	838.211	470.403	303.164	(64.645)
Automóvel	1.039.393	583.495	343.003	(112.895)
Responsabilidade Civil	798.287	413.857	271.710	(112.719)
Outras coberturas	241.107	169.638	71.293	(176)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.694	3.234	1.100	641
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	2.465.809	1.340.397	951.580	(173.833)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	630.927	24.802	377.413	1.033.142
Incêndio e Outros Danos	1.124.463	97.420	(30.557)	1.191.326
Automóvel	2.554.795	43.347	348.834	2.946.976
Responsabilidade Civil	1.539.476	43.347	180.167	1.762.990
Outras coberturas	1.015.319	-	168.667	1.183.986
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	5.625	2.011	1.119	8.756
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	4.315.810	167.580	696.810	5.180.200
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	4.315.810	167.580	696.810	5.180.200

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	2.065.989	2.312.830	1.033.142	624.875	(425.297)
Incêndio e Outros Danos	4.165.325	3.945.068	1.191.326	826.232	(1.080.150)
Automóvel	3.298.244	3.029.354	2.946.976	480.822	(460.019)
Responsabilidade Civil	1.909.882	1.765.439	1.762.990	298.778	(88.654)
Outras coberturas	1.388.363	1.263.915	1.183.986	182.044	(371.365)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	107.557	114.232	8.756	48.268	(36.608)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	14.790	13.681	-	1.658	-
Assistência	360.413	329.219	-	38.453	-
Diversos	-	-	-	-	-
Total	10.012.318	9.744.386	5.180.200	2.020.308	(2.002.074)
Resseguro Aceite					
Total Geral	10.012.318	9.744.386	5.180.200	2.020.308	(2.002.074)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
2016



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Popular Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 17.823.587 euros e um total de capital próprio de 8.464.805 euros, incluindo um resultado líquido de 703.884 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações de capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwcc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inserida na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

3

Certificação Legal de Contas

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Provisões para sinistros</p> <p>Divulgações relacionadas com a mensuração das provisões para sinistros apresentadas nas notas 2 l), 3.1 e 20 das demonstrações financeiras.</p> <p>A provisão para sinistros de seguro direto apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 3.163 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016, representando 34% do total do passivo da Companhia a essa data. Da referida provisão, 1.388 milhares de euros respeita ao ramo automóvel, 742 milhares de euros respeita ao ramo acidentes de trabalho e 1.031 milhares de euros respeita aos restantes ramos de negócio.</p> <p>As responsabilidades futuras da Companhia para regularização de processos de sinistro, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.</p> <p>A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto reconhecida pela Companhia não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros;- Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia;- Realização de procedimentos substantivos. <p>Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Certificação Legal de Contas

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Certificação Legal de Contas

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

Certificação Legal de Contas

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Popular Seguros pela primeira vez em escritura de constituição da Companhia realizada em 30 de agosto de 2006 para um mandato compreendido entre 2006 e 2009, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de março de 2013 para o mandato compreendido entre 2013 e 2016.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do nº8 do artigo 77º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

28 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Companhia e da sua filial e associada. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Companhia e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a Demonstração consolidada da posição financeira, a Conta de ganhos e perdas consolidada, a Demonstração consolidada de rendimento integral, a Demonstração consolidada de alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Companhia, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Companhia e do conjunto da filial incluída nas consolidação evidenciando os aspetos mais significativos;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório consolidado de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas;



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 - 1099-090 LISBOA
Tel. 213 808 330 Fax 213 808 331
e-mail: geral@popularseguros.pt
site: www.popularseguros.pt